

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	39

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	146
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	148
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.696.627
Preferenciais	2.718.855
Total	4.415.482
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2011	Preferencial		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/06/2011	Ordinária		0,11170
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/06/2011	Preferencial		0,11170
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2011	Preferencial		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	22/08/2011	Ordinária		0,07800
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	22/08/2011	Preferencial		0,07800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	29.262.000	28.218.000
1.01	Ativo Circulante	1.436.000	1.611.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.000	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	366.000	518.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	366.000	518.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	345.000	489.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	21.000	29.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	429.000	383.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	429.000	383.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	640.000	710.000
1.01.08.03	Outros	640.000	710.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	87.000	50.000
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	67.000	136.000
1.01.08.03.03	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	472.000	510.000
1.01.08.03.04	Outros Créditos Diversos	14.000	14.000
1.02	Ativo Não Circulante	27.826.000	26.607.000
1.02.02	Investimentos	27.293.000	25.768.000
1.02.02.01	Participações Societárias	27.293.000	25.768.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	27.293.000	25.768.000
1.02.03	Imobilizado	73.000	7.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	73.000	7.000
1.02.04	Intangível	460.000	832.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	832.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	29.262.000	28.218.000
2.01	Passivo Circulante	1.486.000	1.916.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.000	104.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.000	104.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.000	104.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	707.000	1.064.000
2.01.04.02	Debêntures	707.000	1.064.000
2.01.05	Outras Obrigações	647.000	712.000
2.01.05.02	Outros	647.000	712.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	647.000	712.000
2.01.06	Provisões	83.000	36.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.000	14.000
2.01.06.02	Outras Provisões	68.000	22.000
2.01.06.02.04	Outras	68.000	22.000
2.03	Patrimônio Líquido	27.776.000	26.302.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.678.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	14.326.000	13.129.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.896.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	12.239.000	9.726.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	425.000
2.03.04.11	Outras Reservas	191.000	1.201.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-240.000	-105.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.077.000	2.341.000	1.132.000	2.195.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.000	-19.000	-12.000	-21.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.000	1.000	2.000	3.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42.000	-87.000	-1.000	-59.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.127.000	2.446.000	1.143.000	2.272.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.077.000	2.341.000	1.132.000	2.195.000
3.06	Resultado Financeiro	-5.000	-14.000	-128.000	-157.000
3.06.01	Receitas Financeiras	24.000	45.000	-37.000	-15.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.000	-59.000	-91.000	-142.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.072.000	2.327.000	1.004.000	2.038.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	44.000	49.000	151.000	138.000
3.08.01	Corrente	0	0	46.000	-1.000
3.08.02	Diferido	44.000	49.000	105.000	139.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.116.000	2.376.000	1.155.000	2.176.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.116.000	2.376.000	1.155.000	2.176.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000
3.99.01.02	PN	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.116.000	2.376.000	1.155.000	2.176.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.000	-134.000	-117.000	-175.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-15.000	-154.000	-10.000	-29.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	-43.000	-26.000	-95.000	-127.000
4.02.03	Hedge Abrangente do Período	23.000	46.000	-12.000	-19.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.081.000	2.242.000	1.038.000	2.001.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	120.000	212.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-60.000	-235.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	180.000	447.000
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Outros Ativos não Financeiros	-463.000	36.000
6.01.02.02	(Red)Aum. Prov.e Ctas a Pgr e Ots Passivos não Financeiros	493.000	71.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.000	-2.000
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	151.000	342.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.085.000	-527.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.085.000	-527.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.204.000	204.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.204.000	204.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.000	-111.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	136.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.000	25.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	0	-415.000	-642.000	0	-645.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	30.000	0	0	30.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-123.000	0	-568.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-519.000	0	-519.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.376.000	-135.000	2.241.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.376.000	0	2.376.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-135.000	-135.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.612.000	-1.734.000	0	-122.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.734.000	-1.734.000	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-122.000	0	0	-122.000
5.07	Saldos Finais	13.678.000	12.000	14.326.000	0	-240.000	27.776.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	266.000	15.000	-32.000	-804.000	0	-555.000
5.04.01	Aumentos de Capital	266.000	0	0	0	0	266.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	21.000	0	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-122.000	0	-122.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-38.000	-682.000	0	-720.000
5.04.09	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	15.000	-15.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.176.000	-175.000	2.001.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.176.000	0	2.176.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-175.000	-175.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	926.000	-830.000	0	96.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	926.000	-926.000	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	96.000	0	96.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	12.730.000	-1.059.000	-218.000	24.731.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	46.000	-12.000
7.01.02	Outras Receitas	46.000	-12.000
7.01.02.01	Ganhos (Líquidos) com Ativos Financeiros	45.000	-15.000
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	1.000	3.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.000	-154.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.000	-5.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-69.000	-149.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27.000	-166.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-27.000	-166.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.446.000	2.272.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.446.000	2.272.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.419.000	2.106.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.419.000	2.106.000
7.08.01	Pessoal	5.000	9.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.000	9.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.000	-79.000
7.08.02.01	Federais	38.000	-79.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.376.000	2.176.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	642.000	682.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.734.000	1.494.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	289.544.000	275.635.000
1.01	Ativo Circulante	280.941.000	267.248.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.825.000	4.029.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	137.824.000	133.219.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	136.673.000	132.060.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	42.719.000	42.619.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	15.521.000	16.803.000
1.01.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	33.660.000	31.469.000
1.01.02.01.04	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.601.000	5.425.000
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	35.570.000	32.786.000
1.01.02.01.06	Derivativos	3.527.000	2.846.000
1.01.02.01.07	Ativos Financeiro Designados a Valor Justo Através do Resultado	75.000	112.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.151.000	1.159.000
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.151.000	1.159.000
1.01.03	Contas a Receber	108.340.000	100.756.000
1.01.03.01	Clientes	108.340.000	100.756.000
1.01.03.01.01	Operações de Créditos	116.366.000	108.068.000
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-8.026.000	-7.312.000
1.01.04	Estoques	788.000	663.000
1.01.05	Ativos Biológicos	1.045.000	1.030.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.119.000	27.551.000
1.01.08.03	Outros	27.119.000	27.551.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	9.138.000	9.450.000
1.01.08.03.03	Bens Destinados a Venda	34.000	32.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Financeiros	14.384.000	15.831.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos não Financeiros	3.563.000	2.238.000
1.02	Ativo Não Circulante	8.603.000	8.387.000
1.02.02	Investimentos	998.000	1.079.000
1.02.02.01	Participações Societárias	998.000	1.079.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	998.000	1.079.000
1.02.03	Imobilizado	4.804.000	4.617.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.804.000	4.617.000
1.02.04	Intangível	2.801.000	2.691.000
1.02.04.01	Intangíveis	2.801.000	2.691.000
1.02.04.01.02	Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento	768.000	889.000
1.02.04.01.03	Associações p/ Prom. e Oferta de Prod. Serv.Financ.	214.000	543.000
1.02.04.01.04	Software	490.000	557.000
1.02.04.01.05	Direitos de Adm. de Fundos de Investimentos	945.000	329.000
1.02.04.01.06	Ágio	687.000	1.042.000
1.02.04.01.07	Marcas e Patentes	79.000	2.000
1.02.04.01.08	Outros Ativos Intangíveis	568.000	219.000
1.02.04.01.09	Amortização Acumulada do Intangível	-950.000	-890.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	289.544.000	275.635.000
2.01	Passivo Circulante	258.881.000	246.456.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.091.000	5.650.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.091.000	5.650.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	487.000	364.000
2.01.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	2.966.000	3.114.000
2.01.03.01.03	Outras	638.000	2.172.000
2.01.05	Outras Obrigações	248.906.000	235.225.000
2.01.05.02	Outros	248.906.000	235.225.000
2.01.05.02.04	Recursos Captados	195.208.000	187.876.000
2.01.05.02.05	Derivativos	2.500.000	2.077.000
2.01.05.02.06	Provisão de Seguros e Previdência Privada	23.010.000	20.789.000
2.01.05.02.07	Passivos de Planos de Capitalização	1.014.000	952.000
2.01.05.02.08	Outros Passivos Financeiros	13.406.000	14.999.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos não Financeiros	13.768.000	8.532.000
2.01.06	Provisões	5.884.000	5.581.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.884.000	5.581.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.124.000	2.955.000
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.559.000	1.518.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.142.000	1.108.000
2.01.06.01.05	Outros Passivos Contingentes	59.000	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	30.663.000	29.179.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.678.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	14.326.000	13.129.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.896.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	12.239.000	9.726.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	445.000
2.03.04.10	Outras Reservas	191.000	1.181.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-240.000	-105.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.887.000	2.877.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.301.000	2.570.000	1.422.000	2.843.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-937.000	-1.888.000	-1.060.000	-2.166.000
3.03	Resultado Bruto	364.000	682.000	362.000	677.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.445.000	-6.451.000	-3.428.000	-6.074.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.060.000	-5.640.000	-2.565.000	-4.867.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	786.000	1.183.000	240.000	786.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.062.000	-1.971.000	-1.143.000	-2.071.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-109.000	-23.000	40.000	78.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.081.000	-5.769.000	-3.066.000	-5.397.000
3.06	Resultado Financeiro	4.594.000	9.311.000	4.668.000	8.576.000
3.06.01	Receitas Financeiras	12.099.000	23.497.000	9.999.000	19.282.000
3.06.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	8.910.000	17.160.000	7.264.000	13.865.000
3.06.01.02	Valores Mobiliários	-104.000	-11.000	-18.000	90.000
3.06.01.03	Receita de Dividendo	32.000	50.000	20.000	39.000
3.06.01.04	Receita de Prestação de Serviços Financeiros	1.728.000	3.352.000	1.555.000	2.981.000
3.06.01.05	Receita de Prêmios de Oper. Seguros e Previdência	1.533.000	2.946.000	1.178.000	2.307.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.505.000	-14.186.000	-5.331.000	-10.706.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-4.445.000	-8.494.000	-2.916.000	-5.854.000
3.06.02.02	Perdas com Crédito, Recebíveis e Sinistros	-2.606.000	-4.812.000	-2.072.000	-4.125.000
3.06.02.03	Despesas Tributárias	-454.000	-880.000	-343.000	-727.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.513.000	3.542.000	1.602.000	3.179.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-265.000	-926.000	-298.000	-737.000
3.08.01	Corrente	-619.000	-1.421.000	-540.000	-1.101.000
3.08.02	Diferido	354.000	495.000	242.000	364.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.248.000	2.616.000	1.304.000	2.442.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.248.000	2.616.000	1.304.000	2.442.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.116.000	2.376.000	1.155.000	2.176.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	132.000	240.000	149.000	266.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000
3.99.01.02	PN	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000
3.99.02.02	PN	0,25000	0,54000	0,27000	0,50000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.249.000	2.616.000	1.304.000	2.442.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-36.000	-134.000	-127.000	-175.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-15.000	-154.000	-20.000	-29.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	-44.000	-26.000	-95.000	-127.000
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa	23.000	46.000	-12.000	-19.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.213.000	2.482.000	1.177.000	2.267.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.080.000	2.242.000	1.028.000	2.001.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	133.000	240.000	149.000	266.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.841.000	-4.034.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.043.000	6.820.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	2.616.000	2.442.000
6.01.01.02	Opções de Outorgas Reconhecidas	29.000	21.000
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.532.000	3.055.000
6.01.01.04	Variação das Provisões de Seguros e Previdência e Capitalização	2.095.000	1.460.000
6.01.01.05	Resultado de Operações de Capitalização	-329.000	-311.000
6.01.01.06	Depreciações, Amortizações e Exaustão	578.000	592.000
6.01.01.07	Juros, Variação Cambiais e Monetárias Líquidas	136.000	70.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-63.000	-77.000
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-494.000	-364.000
6.01.01.10	Resultado de Participação em Empresas não Consolidadas	-23.000	-78.000
6.01.01.11	(Ganho) Perda em Ativo Financeiro Disponível para Venda	-111.000	-36.000
6.01.01.12	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	-12.000	35.000
6.01.01.13	(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	0	-4.000
6.01.01.14	(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	-8.000	2.000
6.01.01.15	(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis	5.000	5.000
6.01.01.16	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-6.000	0
6.01.01.17	Outros	1.098.000	8.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.884.000	-10.854.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-11.399.000	4.016.000
6.01.02.02	(Redução) Aumento em Impostos e Obrigações Trabalhistas	30.000	11.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Compulsório no Banco Central	-2.225.000	-16.178.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos (Ativo/Passivo)	-253.000	-1.298.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Fornecedores	22.000	-125.000
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	37.000	-122.000
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-11.144.000	-9.765.000
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Estoques	-130.000	20.000
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	949.000	1.166.000
6.01.02.10	(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros	1.101.000	-519.000
6.01.02.11	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-371.000	-306.000
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Depósitos	2.540.000	-368.000
6.01.02.13	(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	-648.000	9.398.000
6.01.02.14	(Redução) Aumento em Contas a Pagar	501.000	83.000
6.01.02.15	(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	3.956.000	1.548.000
6.01.02.16	(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência e Capitalização	463.000	261.000
6.01.02.17	(Redução) Aumento em Outros Passivos	2.831.000	1.773.000
6.01.02.18	(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-223.000	34.000
6.01.02.19	Pagamento de Imposto de Renda e Contrib. Social	-794.000	-621.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01.02.20	Outros	-1.127.000	138.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	666.000	-699.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas não Consolidadas	5.000	22.000
6.02.02	Recurso da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.129.000	3.623.000
6.02.03	Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	123.000	38.000
6.02.04	Alienação de Bens Destinados a Venda	38.000	9.000
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	29.000	16.000
6.02.06	Distratos de Operação do Intangível	129.000	25.000
6.02.07	Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda	-6.101.000	-2.258.000
6.02.08	Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-45.000	-172.000
6.02.09	Alienação de Investimentos	1.000	86.000
6.02.10	Aquisição de Investimentos	-4.000	-1.649.000
6.02.11	Aquisição do Imobilizado de Uso, Intangível e Ativo Biológico	-1.638.000	-439.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.000	2.235.000
6.03.01	Captação em Mercados Institucionais	3.161.000	2.011.000
6.03.02	Resgate em Mercados Institucionais	-1.764.000	621.000
6.03.03	Ingresso de Financiamentos	139.000	703.000
6.03.04	Pagamento de Financiamentos	-295.000	-176.000
6.03.06	Variação da Participação dos Acionistas não Controladores	-82.000	43.000
6.03.07	Outorga de Opções de Ações	57.000	43.000
6.03.08	Ações em Tesouraria	-209.000	-4.000
6.03.09	Subscrição de Ações	412.000	266.000
6.03.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores	-120.000	-136.000
6.03.11	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.276.000	-1.136.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-84.000	-28.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.236.000	-2.526.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.990.000	25.883.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.754.000	23.357.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000	2.877.000	29.179.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000	2.877.000	29.179.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	0	-415.000	-642.000	0	-645.000	0	-645.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	30.000	0	0	30.000	0	30.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-123.000	0	-568.000	0	-568.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-519.000	0	-519.000	0	-519.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.376.000	-135.000	2.241.000	240.000	2.481.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.376.000	0	2.376.000	240.000	2.616.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-135.000	-135.000	0	-135.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.612.000	-1.734.000	0	-122.000	-230.000	-352.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.734.000	-1.734.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-122.000	0	0	-122.000	-230.000	-352.000
5.07	Saldos Finais	13.678.000	12.000	14.326.000	0	-240.000	27.776.000	2.887.000	30.663.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	266.000	15.000	-32.000	-804.000	0	-555.000	0	-555.000
5.04.01	Aumentos de Capital	266.000	0	0	0	0	266.000	0	266.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	21.000	0	0	21.000	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-122.000	0	-122.000	0	-122.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-38.000	-682.000	0	-720.000	0	-720.000
5.04.09	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	15.000	-15.000	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.176.000	-175.000	2.001.000	266.000	2.267.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.176.000	0	2.176.000	266.000	2.442.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-175.000	-175.000	0	-175.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	926.000	-830.000	0	96.000	-80.000	16.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	926.000	-926.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	96.000	0	96.000	-80.000	16.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	12.730.000	-1.059.000	-218.000	24.731.000	2.835.000	27.566.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	22.906.000	18.441.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.570.000	2.843.000
7.01.02	Outras Receitas	22.933.000	17.958.000
7.01.02.01	Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	17.506.000	14.250.000
7.01.02.02	Resultado das Operações c/ Seg., Prev. e Capitaliz.	1.198.000	409.000
7.01.02.03	Juros, Rendtos., Dividendos e Prest. de Serv. Financ.	3.402.000	3.020.000
7.01.02.04	Outras	827.000	279.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.597.000	-2.360.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.464.000	-11.995.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.326.000	-2.614.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.000	-69.000
7.02.04	Outros	-13.058.000	-9.312.000
7.02.04.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-8.494.000	-5.854.000
7.02.04.02	Despesas com Sinistros	-477.000	-286.000
7.02.04.03	Outras Despesas	-2.528.000	-1.832.000
7.02.04.04	Processamento de Dados e Telecomunicações	-570.000	-482.000
7.02.04.05	Propaganda, Promoções e Publicidade	-164.000	-194.000
7.02.04.06	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-153.000	-183.000
7.02.04.07	Transporte	-104.000	-100.000
7.02.04.08	Segurança	-88.000	-76.000
7.02.04.09	Viagens	-32.000	-25.000
7.02.04.10	Legais e Judiciais	-150.000	0
7.02.04.11	Outros Insumos Adquiridos de Terceiros	-298.000	-280.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.442.000	6.446.000
7.04	Retenções	-578.000	-373.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-578.000	-373.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.864.000	6.073.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-23.000	78.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.000	78.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.841.000	6.151.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.841.000	6.151.000
7.08.01	Pessoal	1.926.000	1.801.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.481.000	1.420.000
7.08.01.02	Benefícios	309.000	277.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	136.000	104.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.131.000	1.758.000
7.08.02.01	Federais	1.966.000	1.617.000
7.08.02.02	Estaduais	39.000	39.000
7.08.02.03	Municipais	126.000	102.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	168.000	150.000
7.08.03.02	Aluguéis	168.000	150.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.616.000	2.442.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	642.000	804.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.734.000	1.372.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	240.000	266.000

Comentário do Desempenho

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a junho de 2011

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao primeiro semestre de 2011, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

Os demonstrativos financeiros disponibilizados nesta data junto à CVM e BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Com o objetivo de fazer uma transição de maneira transparente e dentro das melhores práticas, apresentaremos, quando aplicável, os destaques financeiros antes e após os ajustes, para melhor comparabilidade.

DESTAQUES

Itaúsa

Na edição de 2011 da Exame Melhores & Maiores, divulgada em julho, a Itaúsa é a sexta colocada em faturamento entre os 200 maiores grupos empresariais do país, com receitas totais de R\$ 48 bilhões.

Lembramos que com a adoção do IFRS as empresas com controle compartilhado passaram a ser consolidadas proporcionalmente à participação detida, desta forma, a Itaúsa passou a reconhecer a sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas do Itaú Unibanco Holding S.A., utilizando esse critério.

Caso fosse mantida a consolidação integral do Itaú Unibanco, o total de receitas somaria aproximadamente R\$ 120 bilhões, o que levaria a Itaúsa a manter o primeiro lugar. O atual primeiro colocado apresentou receitas totais de R\$ 88 bilhões no exercício de 2010.

Na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de junho de 2011 foi homologado o aumento do Capital Social de R\$ 412 milhões.

O Relatório Anual de Sustentabilidade 2010 da Itaúsa conquistou a declaração de exame que confirma o Nível B de aplicação das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Como parte do objetivo de disseminar as melhores práticas entre as empresas do Conglomerado Itaúsa, também foram obtidas declarações da GRI para os relatórios anuais de sustentabilidade da Duratex, Elekeiroz, Itautech, Itaú Unibanco e de sua controlada Redecard.

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco foi eleito o Banco Mais Sustentável do Mundo no prêmio 2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards, concedido pelo jornal britânico *Financial Times* e pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, um dos reconhecimentos mundiais mais relevantes na área da sustentabilidade.

Em abril de 2011, o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Brasil contrato de compra e venda de ações para aquisição de 49% do Banco Carrefour, pelo valor de R\$ 725 milhões. O Banco Carrefour é responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil (canais eletrônicos e 163 hipermercados e supermercados), contando carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2010. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Pela oitava vez consecutiva, a marca Itaú foi reconhecida como a mais valiosa no Brasil pela consultoria Interbrand, pioneira no desenvolvimento do método de avaliação de marcas, sendo estimada em R\$ 24,3 bilhões. Em maio, o Itaú também figurou, pela primeira vez, no *ranking* BrandZ, que aponta as 100 marcas mais valiosas do mundo, ocupando a 90ª posição.

Comentário do Desempenho

No ano de 2011, até 15 de Julho, data de início do período de impedimento de aquisição de ações próprias em face da divulgação de suas demonstrações contábeis do semestre, o Banco adquiriu 22.500.000 ações preferenciais ao preço médio de R\$ 34,94 amparado por seu programa de recompra de ações aprovado em 1º de novembro de 2010. Essa informação foi anunciada ao mercado em 20 de julho de 2011, em consonância com as “Regras Operacionais de Negociação das Próprias Ações para Tesouraria” e melhores práticas de governança corporativa.

Duratex

Foi realizado, em junho, o lançamento da pedra fundamental da linha de painéis de madeira em MDF (*Medium Density Fiberboard*) que será construída em Itapetininga (SP), com capacidade de 520 mil m³ anuais e inauguração prevista para o segundo semestre de 2012. Este investimento está inserido num plano estratégico maior, de aumento da participação da Companhia neste segmento, e contará com uma segunda linha a ser instalada em localidade a ser definida, com capacidade de 680 mil m³ anuais com previsão de conclusão ao final de 2014. Ambas as linhas vão adicionar 1,2 milhão de m³ de capacidade anual, elevando para 2,7 milhões de m³ a capacidade anual o que poderá contribuir para um incremento de R\$ 1 bilhão na receita líquida da Duratex, de acordo com preços atuais praticados e mix de expedição projetado.

Foram investidos no período R\$ 344 milhões, sendo destaques: aquisição de equipamentos para essas linhas de MDF; montagem e início de atividade de novo equipamento de galvanoplastia (metais sanitários) e novo forno com capacidade para 800 mil peças anuais de louças, em Cabo de Santo Agostinho (PE); conclusão da montagem e início de operação de novas linhas de revestimento em Baixa Pressão (BP) e de pisos laminados em Agudos (SP). No período, também foi concluída a aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias, renomeada Deca Nordeste Louças Sanitárias, posteriormente incorporada pela Duratex S.A. Ainda no segmento de louças, encontra-se em andamento investimento no site de Queimados - RJ. Inicialmente orçado em R\$100 milhões para uma capacidade de 1,9 milhão de peças anuais de capacidade, o projeto foi revisado para R\$130 milhões e capacidade anual de 2,4 milhões de peças voltadas aos mercados médio e alto de consumo.

Investiu-se ainda na renovação dos produtos Durafloor, com o lançamento das linhas Style, destinada a segmentos superiores de consumo, e Way e Ritz, para segmentos mais competitivos. Na área de painéis, o *mix* de venda passou a contar com oito novos padrões em BP, ofertados em MDP e MDF, e quatro lançamentos em Duraplac (chapa de fibra revestida).

Na Divisão Deca, o acontecimento mais relevante foi a participação na Casa Cor São Paulo 2011, o mais importante evento de decoração do país. Na ocasião, foram reforçadas as ações de marketing direcionadas aos principais formadores de opinião do mercado e consumidores.

Itautec

Dando prosseguimento a sua estratégia de expansão internacional, a Itautec fechou um importante contrato para fornecimento de ATMs com uma grande instituição financeira mexicana. O contrato perfaz um total de US\$ 60 milhões, com previsão de entrega dos equipamentos até 2013. O processo de instalação teve seu início no segundo trimestre de 2011.

A Companhia esteve presente na 21ª edição do CIAB FEBRABAN, uma das maiores feiras de tecnologia bancária do mundo. Esse evento proporcionou importante repercussão na mídia brasileira e internacional, especialmente com relação à revolucionária ATM “Adattis Touchless 3D”, equipamento único no mercado global.

Em Soluções de Computação, durante o primeiro semestre de 2011, a Itautec continuou a executar sua estratégia de fortalecimento da oferta de produtos e de cobertura no mercado de computação pessoal e corporativo no Brasil.

A Itautec lançou dezenas de novos produtos, incluindo o desktop All-in-One AT0100 para o segmento de Computação Pessoal e de novos desktops e servidores para o segmento de Computação Corporativa. A Empresa ainda introduziu sua nova linha de notebooks, que resultou em aumento significativo do interesse e demanda da rede varejista voltada ao mercado consumidor e de diversos distribuidores focados no atendimento a pequenas e médias empresas.

Com esta ampliação em seu portfólio, a Itautec consolida sua atuação, com ofertas adequadas a diferentes segmentos de mercado: grandes corporações, pequenas e médias empresas, e consumidores brasileiros.

Comentário do Desempenho

Na Unidade Serviços Tecnológicos, a Itautec conseguiu manter o ritmo de crescimento de suas receitas oriundas de operações de Serviços Tecnológicos, pela conquista de importantes novos contratos e pela manutenção e expansão dos já existentes.

Elekeiroz

Foram investidos R\$ 22 milhões durante o primeiro semestre de 2011, com destaque para o projeto de ampliação de capacidade de ácido 2-etil hexanóico e de diversos programas de aumento de produtividade, segurança dos colaboradores e preservação do meio ambiente.

AMBIENTE ECONÔMICO

A tendência de deterioração do cenário internacional foi intensificada. No centro desta piora está a situação fiscal negativa dos países da zona do euro e a fragilidade da economia americana. A deterioração fiscal na Grécia trouxe de volta os riscos de uma crise financeira mundial. O acordo entre os líderes da zona do euro para a reestruturação da dívida grega não foi suficiente para conter o contágio para os demais países com fragilidade fiscal, forçando o ECB a anunciar novas compras de títulos da dívida de Portugal, Irlanda, Espanha e Itália. Nos Estados Unidos, também são elevadas as pressões políticas para a redução do déficit fiscal, evidenciadas pela grande dificuldade do governo em conseguir elevar o seu teto de endividamento junto ao congresso, culminando com um *downgrade* da dívida soberana do país pela Standard & Poors. Os Estados Unidos perderam o seu Status de *triple A* pela primeira vez na história das classificações de risco. Crescem as dúvidas com relação ao crescimento econômico mundial. Nos Estados Unidos os dados de PIB surpreenderam negativamente, trazendo a possibilidade de nova recessão. Na Europa as perspectivas de crescimento também devem ser reduzidas e a sua magnitude dependerá da habilidade do ECB e dos governos da França e Alemanha em conseguir evitar uma crise financeira de maiores proporções. A situação fiscal em que se encontram os países desenvolvidos dificulta a possibilidade de novos estímulos para conter esta desaceleração econômica e a intensidade do crescimento mundial dependerá, em larga medida, da evolução dos países emergentes, em especial da China.

No cenário doméstico, a atividade econômica manteve trajetória de desaceleração. O PIB do segundo trimestre deve registrar alta de 1,0%, ante variação de 1,3% no primeiro trimestre de 2011. O crédito à pessoa física apresentou crescimento menor ao longo do primeiro semestre e ainda se encontra em patamar abaixo do final de 2010, anterior às medidas macroprudenciais do governo. As expectativas de consumidores e empresários seguem indicando menor otimismo. Os gastos discricionários do governo vêm mostrando desaceleração, contribuindo para menor dinamismo da atividade. A produção industrial acumulou alta de 2,8% de dezembro de 2010 a maio de 2011, abaixo dos 4,3% no mesmo período de 2010, reflexo da redução do dinamismo por conta de aumento das importações e menor aceleração da demanda.

Entre dezembro de 2010 e maio de 2011, o setor de bens de capital apresentou crescimento acumulado de 6,3%, um bom indicador da demanda por investimentos, em um desempenho seguido pelo setor de bens intermediários (2,1%). A evolução em bens de consumo duráveis e não duráveis foi bastante modesta, abaixo da média da indústria (respectivamente 0,2% e 1,3%).

O índice de preços ao consumidor registrou expansão de 3,87% no primeiro semestre, acima dos 3,09% no mesmo período de 2010. Destacam-se, nesse processo, as expectativas de inflação em níveis altos, o mercado de trabalho aquecido e a inércia inflacionária. Elevados preços de *commodities* também contribuem para o acréscimo dos preços ao consumidor.

Ao longo do primeiro semestre, o Banco Central iniciou um movimento de elevação da taxa de juros para combater a alta da inflação, aumentando a taxa Selic sucessivamente até atingir 12,50% em julho, ante 10,75% ao final de 2010.

No mercado de seguros, nota-se até o mês de maio um crescimento de 12,4%, em termos reais, do faturamento em prêmios diretos, em comparação ao mesmo período de 2010. Este desempenho foi comandado principalmente pelo vigoroso aumento dos seguros patrimoniais e pessoais devido ao incremento da renda das famílias. Em planos de previdência, a evolução das contribuições superou em 1,7% os valores alcançados no mesmo período em 2010, com destaque para a expansão de 8,7% nos fundos PGBL, em termos reais. No mercado de cartões de crédito e débito, o faturamento por unidade mostrou acréscimo de 5,4% no primeiro semestre de 2011 em termos reais, além de aumento de 10% no número de cartões.

Comentário do Desempenho

As operações de crédito mostraram crescimento bastante modesto ao longo do primeiro semestre de 2011, com leve recuperação após as medidas macroprudenciais adotadas pelo governo no final de 2010. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 46,9% em maio, ante 46,4% em dezembro de 2010. A inadimplência média subiu a 5,1% em maio, em comparação a 4,5% no fechamento de 2010, impulsionada por elevação das taxas de juros e redução do prazo médio das operações. O incremento do crédito deve seguir moderado no segundo semestre, acompanhando a desaceleração da economia.

DESEMPENHO ECONÔMICO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Líquido	2.543	2.264	4.759	4.742	7.302	7.006
Patrimônio Líquido	25.941	21.544	44.751	40.618	70.692	62.162
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,5%	22,0%	21,6%	24,0%	21,2%	23,3%

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Lucro Líquido	2011	7.133	186	19	19	7.302
	2010	6.399	192	21	18	7.006
Patrimônio Líquido	2011	66.083	2.732	527	491	70.692
	2010	55.074	2.455	517	455	62.162

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO – EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Líquido	2.376	2.176	240	266	2.616	2.442
Patrimônio Líquido	27.776	24.731	2.887	2.835	30.663	27.566
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,7%	18,3%	16,7%	19,4%	17,6%	18,4%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS – EM IFRS

	Jun/2011	Jun/2010	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,54	0,50	8,4
Valor Patrimonial da Controladora	6,34	5,68	11,5
Dividendos/JCP Líquido (1)	0,13	0,16	(20,3)
Preço da Ação PN (3)	11,93	10,93	9,1
Capitalização de Mercado (2) - em R\$ milhões	52.677	47.811	10,2

(1) JCP – Juros sobre Capital Próprio. Valores pagos/provisionados. A partir de 2011, os dividendos foram provisionados considerando-se o mínimo estatutário.

(2) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(3) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA - EM IFRS

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
						<i>R\$ Milhões</i>
Ativos Totais	2011	760.516	6.646	1.112	641	289.544
	2010	625.100	5.965	1.245	615	239.424
Receitas Operacionais (3)	2011	60.091	1.411	690	369	26.893
	2010	49.680	1.319	791	402	22.616
Lucro Líquido	2011	6.795	177	21	19	2.616
	2010	6.092	171	26	17	2.442
Patrimônio Líquido	2011	69.599	3.562	529	479	30.663
	2010	62.062	3.310	522	444	27.566
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2011	20,0%	10,1%	8,1%	7,9%	17,6%
	2010	20,3%	10,6%	10,2%	7,8%	18,4%
Geração Interna de Recursos (5)	2011	14.951	416	34	33	8.947
	2010	11.525	379	57	40	6.349

(1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em junho de 2011 de 36,65% (36,66% em junho de 2010).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar - jun)/3).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO IFRS

As principais alterações da adoção do IFRS estão demonstradas nos quadros abaixo:

A – Operações de Crédito

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável.

B – Reconhecimentos da totalidade de Crédito Tributários

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva e reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

C – Planos de pensão e saúde

De acordo com os requerimentos do CPC 33: para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida positiva, foi reconhecido um ativo; e para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida negativa, foi reconhecido um passivo.

D – Combinação de Negócios

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Ajustes em decorrência da operação de associação entre Duratex e Satipel e da associação entre Itaú Unibanco e Porto Seguro.

Comentário do Desempenho

E – Deságios, líquidos

Ainda de acordo com o CPC 15, se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado.

F – Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da Duratex, conforme requerido pelo CPC 29.

G – Dividendos Excedentes

Esse ajuste refere-se ao fato de que o dividendo proposto, acima do mínimo obrigatório, somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembléia Geral, CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

I) Reconciliação do patrimônio líquido

	Referências	30/06/2011	30/06/2010
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		25.941	21.544
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.347	2.332
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS		2.375	3.690
Operações de Crédito	A	685	1.007
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	B	527	749
Planos de pensão e saúde	C	44	609
Combinação de Negócios	D	392	927
Deságios, líquidos	E	448	483
Ativos biológicos	F	219	189
Dividendos Excedentes	G	-	342
Imposto de Renda e Contribuição Social		(622)	(942)
Outros		682	326
Patrimônio Líquido em IFRS		30.663	27.566
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.887	2.835
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		27.776	24.731

II) Reconciliações do lucro líquido consolidado:

	Referências	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		2.543	2.264
Lucro Líquido Acionistas não controladores		240	286
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(167)	(108)
Operações de Crédito	A	(54)	(186)
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	B	(99)	(138)
Planos de Pensão e Saúde	C	-	20
Combinação de Negócios	D	-	(95)
Ativos Biológicos	F	-	3
Imposto de Renda e Contribuição Social		53	76
Outros		(67)	212
Lucro Líquido em IFRS		2.616	2.442
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		240	266
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		2.376	2.176

Comentário do Desempenho

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional. Desta forma, as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco foram consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis da Itaúsa. Em 30 de junho de 2011 o impacto da parcela não consolidada do Itaú Unibanco, no total de ativos do Consolidado da Itaúsa, foi de aproximadamente R\$ 481.788 milhões (2010 – R\$ 395.938 milhões).

ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,65% detida pela Itaúsa.

Ao final de junho de 2011, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 760,5 bilhões e evoluiu 4,5% em relação a dezembro. No primeiro semestre de 2011, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 11,5% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 6,8 bilhões. O Itaú Unibanco apresentou uma rentabilidade anualizada de 20,0% sobre o patrimônio líquido médio no primeiro semestre de 2011 (20,3% no mesmo período de 2010).

O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou impostos e contribuições próprios no total de R\$ 7,9 bilhões no primeiro semestre de 2011. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 5,9 bilhões, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 69,6 bilhões no fim de junho de 2011. O Índice de Basileia foi de 15,8% na mesma data, com base no consolidado operacional.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 360,6 bilhões em 30 de junho de 2011. O Itaú Unibanco efetua a classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos entre os níveis de risco baixo, médio, alto e com redução ao valor recuperável (*impairment*), e verifica a probabilidade de perda associada a cada um desses níveis. Em 30 de junho de 2011, a relação entre o saldo de crédito classificado como baixo risco e o total da carteira de crédito sem avais e fianças atingiu 66,6%, enquanto a relação entre o crédito com redução ao valor recuperável e a carteira de crédito total alcançou 4,9%, uma melhora de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 381,2 bilhões de reais em 30 de junho de 2011.

O Itaú Unibanco, líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um amplo portfólio de produtos para clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e por meio de parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. Entre os meses de janeiro a junho de 2011 o valor transacionado atingiu R\$ 72,1 bilhões, o que representou um acréscimo de 20,1% em relação ao período de janeiro a junho de 2010.

O valor de mercado em Bolsas de Valores do Itaú Unibanco, calculado considerando a cotação média das ações preferenciais em circulação no último dia de pregão do período, chegou a R\$ 164,9 bilhões no final do 1º semestre de 2011. Segundo a empresa Bloomberg, o Itaú Unibanco ocupava o 10º lugar no *ranking* mundial de bancos neste mesmo período, tendo como parâmetro o valor de mercado.

As operações de Seguros, Previdência e Capitalização em volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização atingiram R\$ 9,0 bilhões no primeiro semestre de 2011 e as provisões técnicas totalizaram R\$ 65,5 bilhões ao final de junho de 2011. Os produtos do ramo Vida Individual e de Garantia Estendida, destacam-se no segmento de pessoa física, enquanto os produtos de Vida em Grupo e Soluções Corporativas destacam-se no segmento de pessoa jurídica.

Comentário do Desempenho

Na área de Banco de Investimentos – Renda Fixa, o Itaú BBA participou, no primeiro semestre de 2011 de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 6,8 bilhões. No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa, o Itaú BBA manteve a 1ª posição, com 43,1% de participação de mercado. Em emissões internacionais de renda fixa, o Itaú BBA atuou como *joint bookrunner* de ofertas com volume total de US\$ 13,1 bilhões, alcançando o 2º lugar no ranking de emissões por empresas brasileiras até o mês de maio, segundo último ranking ANBIMA disponível para mercado externo.

Em renda variável, o Itaú BBA coordenou 12 das 14 ofertas públicas que totalizaram R\$ 10,1 bilhões, uma representatividade de 86% do total de transações e 93% do volume financeiro emitido, consolidando a 1ª posição deste mercado no semestre. Prestou também assessoria financeira a 11 transações de fusões e aquisições, encerrando o semestre em 2º lugar no ranking *Thomson Reuters* em número de transações, acumulando o volume total de US\$ 8,1 bilhões no primeiro semestre de 2011.

A Itaú Corretora intermediou na BM&F Bovespa durante o primeiro semestre de 2011 um volume de R\$ 105,8 bilhões com clientes pessoas físicas, investidores institucionais, estrangeiros e empresas, com uma participação de 6,7% do volume de mercado.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 1.411 milhões no semestre, evolução de 7,0%, em comparação ao mesmo período de 2010. O EBITDA atingiu R\$ 408 milhões, com variação de 0,6%. A margem EBITDA foi de 28,9% (30,8% no primeiro semestre de 2010). O resultado operacional sofreu grandes alterações com o advento da nova metodologia contábil. As principais mudanças estão relacionadas ao ativo biológico e ao benefício a empregados. Por se tratarem de eventos contábeis, de natureza não caixa, são desconsiderados para efeito da formação do EBITDA. O lucro líquido somou R\$ 177 milhões, acréscimo de 3,4%.

Na Divisão Madeira, o desempenho das expedições apresentou retração de 4,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 894 milhões, 1,2% acima dos seis primeiros meses de 2010. A evolução da receita líquida unitária de 5,9% não foi suficiente para sobrepor o aumento verificado no custo de 10,5%. Como resultado, o EBITDA recorrente, que somou R\$ 256 milhões, retraiu-se 7,0%, sendo que a margem de 28,6% apresentou queda em relação aos 31,2% registrados no ano anterior.

Na Divisão Deca, o volume de peças expedidas cresceu 12,1% no semestre, atingindo aproximadamente 12 milhões de peças. A combinação de melhores volumes a uma receita líquida unitária superior contribuiu para que a receita líquida totalizasse R\$ 517 milhões, expansão de 18,7% em relação ao mesmo período de 2010. Esse desempenho é fundamentado no bom ritmo da construção que, por sua vez, encontra respaldo na oferta de linhas de crédito imobiliário e prazos de financiamento adequados. O EBITDA totalizou R\$ 138 milhões no semestre, com margem de 26,8%. Embora a margem EBITDA tenha apresentado retração de 3,3 pontos percentuais em termos nominais, houve evolução de 5,7% na geração de caixa.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços da Itautec no primeiro semestre de 2011 atingiu R\$ 690,1 milhões, com especial destaque para o segmento de Serviços Tecnológicos que cresceu sua receita em 17,3% no segundo trimestre e 23% no acumulado do primeiro semestre de 2011.

Apesar da redução geral da receita consolidada no primeiro semestre, ações estruturais de melhoria de eficiência operacional, implementadas ao longo do ano, resultaram em uma melhoria da rentabilidade bruta da Empresa em 1,6 pontos percentuais no primeiro semestre, sendo 2,2 pontos no segundo trimestre de 2011.

Comentário do Desempenho

Essa melhora na rentabilidade bruta, associada a uma boa gestão de despesas operacionais, contingências e capital de giro, ajudou a Empresa a elevar seu patamar de rentabilidade operacional para 4,1% no semestre, um crescimento de 0,7 pontos percentual em relação ao primeiro de semestre de 2010.

De forma alinhada ao Plano Estratégico da empresa, foram investidos R\$ 37 milhões no semestre, sendo R\$ 34 milhões em pesquisa e desenvolvimento, direcionados principalmente ao desenvolvimento de produtos inovadores no segmento de Automações, como as ATMs Adattis Touchless 3D, Face Tracking e Recicladora e Câmbio, e R\$ 3 milhões em imobilizado operacional.

A postergação dos investimentos em tecnologia pelos setores bancário e de comércio no primeiro semestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, resultou na redução de 23,8% na expedição de equipamentos para soluções de automação bancária e comercial, o que levou a unidade de Automações a diminuir em 43,2% sua receita no primeiro semestre do ano contra igual período de 2010. Para os próximos trimestres espera-se a retomada dos investimentos pelas empresas destes setores.

No segmento de Computação, apesar do aumento no volume de vendas de computadores – crescimento de 5,9% no semestre e de 16,7% no segundo trimestre – a redução dos preços desses produtos no mercado consumidor e a redução das compras do governo levaram a uma queda de 10,4% na receita líquida no primeiro semestre do ano.

Nos primeiros seis meses do ano, a Itaútec gerou R\$ 21,1 milhões de caixa oriundo de suas operações, o que levou a Empresa a ter disponibilidades financeiras de curto prazo de R\$ 265,9 milhões ao final de junho e a uma dívida líquida negativa de R\$ 65,7 milhões.

Elekeiroz

O consumo aparente nacional de produtos químicos de uso industrial aumentou 8% sobre o primeiro semestre do ano anterior. Entretanto, esse incremento tem sido, primordialmente, atendido pelas importações, que aumentaram 34%, enquanto a produção local e as exportações caíram 4%. Esse forte aumento das compras externas reflete a continuidade da valorização do real diante do dólar, fator que funcionou como poderoso estímulo às importações e, ao mesmo tempo, desestímulo as exportações.

Diante desse cenário, a receita líquida da Elekeiroz alcançou R\$ 369 milhões, redução de 8,3% sobre o primeiro semestre do ano anterior.

O desempenho da empresa reflete o comportamento das vendas, com acréscimo de 2,0% no mercado interno e queda de 45,4% nas exportações em relação ao mesmo período de 2010. Essas vendas externas estão concentradas em quatro países, sendo os Estados Unidos o principal destino, com 33% do total exportado, seguido pela Argentina, com 28%; pela China, com 16%; e pelo Uruguai, com 5%. A relação entre as exportações e a receita líquida baixou de 21,1% no primeiro semestre de 2010 para 12,6% em 2011.

O lucro líquido acumulado do ano totalizou R\$ 19 milhões, alta de 8,4% em relação ao mesmo período de 2010. Na mesma base, o EBITDA somou R\$ 32 milhões, com retração de 13,1%, e margem EBITDA de 8,6% (9,0% no mesmo período de 2010).

O endividamento financeiro continuou reduzido, alcançando R\$ 39 milhões no final de junho de 2011, equivalente a 62,1% do EBITDA anualizado e a 8,2 % do Patrimônio Líquido. As disponibilidades, com R\$ 50 milhões, excederam o endividamento em 1,3 vez.

A expedição física no acumulado do ano totalizou 204,9 mil toneladas, redução de 7,9% em relação ao primeiro semestre de 2010. A interrupção no fornecimento de energia elétrica no Polo Petroquímico de Camaçari, em fevereiro último, foi a principal causa dessa redução, além das paradas programadas para manutenção das unidades produtivas nos dois sites da empresa.

Comentário do Desempenho

GESTÃO DE PESSOAS

A Itaúsa e suas controladas contavam com mais de 126 mil colaboradores em 30 de junho de 2011. No período, foram investidos R\$ 120 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento. O valor aplicado em remuneração fixa das equipes, somado aos encargos e benefícios, totalizou R\$ 7 bilhões. Os benefícios sociais para colaboradores e dependentes totalizaram R\$ 974 milhões.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

O Centro Administrativo Tatuapé recebeu a certificação na norma ISO 14001, padronização internacional para gestão ambiental que estabelece requisitos específicos para o gerenciamento de impactos sobre o meio ambiente. A certificação é mais um passo para a construção de um banco cuja visão é ser líder em desempenho sustentável e em satisfação dos clientes. O projeto para a implantação da ISO 14001 teve início em agosto de 2010 e passou por diversas etapas, de forma a assegurar os processos que permitem ao Banco agir de forma ambientalmente responsável, com ações para reduzir o consumo de energia e água, controlar os resíduos e otimizar a reciclagem de materiais.

O Itaú Unibanco foi o banco da América Latina que captou o maior volume repassado pelo Inter-American Investment Corporation (IIC), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) focado em crédito sustentável para pequenas e médias empresas. Os recursos de US\$ 280 milhões financiarão empresas com boas práticas nos negócios e responsabilidade social e ambiental.

Duratex

A Duratex aplicou, durante o semestre, R\$ 12 milhões em ações ambientais, destacando-se investimentos em tratamento de efluentes, coleta de resíduos e manutenção de áreas florestais. Em junho, foi lançado o periódico eletrônico *Sustentabilidade Duratex*, uma *newsletter* que será utilizada para a divulgação de temas relacionados às práticas de sustentabilidade da companhia nos níveis social, econômico e ambiental.

Itautec

A Itautec foi reconhecida como uma das 50 Empresas do Bem da Revista *IstoÉ Dinheiro* edição 2011. O ranking faz uma seleção das iniciativas e projetos que aliam sustentabilidade ambiental, econômica e social. A publicação destacou o programa de logística reversa da Empresa, uma referência no mundo das fabricantes de computadores.

Elekeiroz

O sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para venda a terceiros, que entrou em operação em setembro de 2010 no site de Camaçari, foi bem-sucedido e responsável pela não emissão de 3 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera, somente no primeiro semestre de 2011. A empresa tem todas as suas linhas de produção e seus produtos certificados pela ISO 9001 e coloca em prática o Programa de Atuação Responsável do International Council of Chemical Associations administrado no Brasil pela Abiquim.

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

Os investimentos sociais e culturais do Itaú Unibanco alcançaram aproximadamente R\$ 90,2 milhões no primeiro semestre de 2011, com destaque para os recursos destinados a educação e cultura, que atingiram o montante de R\$ 64,4 milhões.

A Fundação Itaú Social foi a única instituição brasileira convidada a participar da Feira de Inovação do encontro anual do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que aconteceu entre 4 e 7 de julho, em Genebra, em que apresentou os programas “Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro” e “Prêmio Itaú-Unicef”. O tema deste ano, educação, estimulou a discussão de experiências que podem manter e acelerar o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e da agenda Educação para Todos, compromissos assumidos pela ONU.

Foram divulgados os resultados do primeiro ciclo de validação de três anos do Projeto Jovem de Futuro, implementado pelo Instituto Unibanco em escolas públicas de Ensino Médio, em Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). As escolas de Porto Alegre atingiram a meta de aumentar em 25 pontos a média de desempenho da terceira série em 2010, em relação à mesma série em 2008, e as de Belo Horizonte registraram grande avanço.

O Itaú Cultural registrou a presença de mais de 91 mil pessoas e o site do instituto obteve 6,3 milhões de acessos, durante o semestre. A primeira grande exposição anual, *Leonilson – Sob o Peso de Meus Amores* foi visitada por 57.284 pessoas. E a Coleção Brasileira Itaú, visitada por 161 mil pessoas em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Fortaleza, está exposta em Brasília, desde 13 de julho, no Museu Nacional do Conjunto Cultural da República. A mostra reúne cerca de 300 itens – pinturas, aquarelas, desenhos, gravuras, mapas e livros – ligados à história do Brasil.

Duratex

No primeiro semestre, foram destinados recursos de R\$ 1 milhão a iniciativas de incentivo à cultura e ao esporte, destacando-se a realização de sete concertos da Filarmônica Bachiana Sesi-SP, sob a regência do maestro João Carlos Martins. Esses concertos são realizados em comemoração aos 60 anos da Duratex, em cidades onde a empresa possui unidades instaladas, nos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. A cada exibição, os participantes são convidados a doarem livros ou alimentos para instituições da região.

Outras iniciativas foram o patrocínio à exposição Morada Ecológica, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, que ofereceu ao público oportunidade de acompanhar os mais recentes desenvolvimentos nas relações entre arquitetura e ecologia; e o projeto de educação ambiental Planeta Água – Um Mundo Sustentável que, por meio de peça teatral, transmitiu noções de sustentabilidade para crianças da rede pública de ensino, em Estrela do Sul (MG) e municípios vizinhos.

Itautec

A parceria iniciada em 2010 com o Instituto Ayrton Senna, destinada aos programas educacionais desenvolvidos pela entidade, está apresentando resultados significativos. A parcela repassada à instituição no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 614 mil.

Elekeiroz

A Elekeiroz apoiou o documentário *Serra do Japi*, que tem como principal tema a conscientização da preservação da fauna e da flora dessa floresta, localizada em Jundiá (SP), que é reconhecida pela Unesco como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Comentário do Desempenho

Apoiou, também, dois projetos para inclusão social de pessoas com necessidades especiais: da Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem (Ateal), que tem como objetivo promover condições para a empregabilidade e a emancipação de adolescentes deficientes auditivos em oficinas de treinamentos; e da Associação Desportiva para Deficientes (ASS), que treina um grupo de mulheres para a modalidade de vôlei sentado de alto rendimento.

Na quinta edição do Mês do Meio Ambiente, em junho de 2011, a Elekeiroz foi uma das parceiras da Prefeitura de Várzea Paulista (SP) na realização de atividades para a conscientização sobre a importância do tema ambiental, que contaram com a participação da população e de entidades locais.

A Elekeiroz foi um dos patrocinadores da exposição Morada Ecológica, entre abril e junho de 2011, realizada no Museu de Arte Moderna, em São Paulo, que reuniu projetos pioneiros de arquitetos de várias partes do mundo destinados à preservação dos recursos naturais na indústria de construção de residências.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

ÁREA FINANCEIRA

Itaú Unibanco

Banco Mais Sustentável do Mundo – Prêmio 2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards, concedido pelo jornal britânico *Financial Times* e pelo IFC (International Finance Corporation), braço financeiro do Banco Mundial.

Best Regional Bank (Latin America) e Best Country Bank (Brazil) – Concedido pela revista *Euromoney*, uma das mais importantes publicações do mundo no setor financeiro. Esta é a quarta vez que o Itaú Unibanco é eleito como principal banco da América Latina e, pela 13ª, como o melhor do mercado brasileiro.

Banker of the Year (Roberto Setubal) – Euromoney Awards for Excellence, concedido pela revista *Euromoney*. Esta é a primeira vez que o presidente de uma instituição de mercado emergente recebe o prêmio.

Best FX in Brazil – Prêmio Best Foreign Exchange Banks 2011, concedido pela Global Finance.

RHs Mais Admirados do Brasil – O Itaú também foi selecionado para compor a lista das 20 empresas mais admiradas pelos RHs, em reconhecimento organizado pela Gestão & RH Editora..

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

Good Design – A linha de Filtro Twin, da Divisão Deca recebeu o mais cobiçado prêmio de *design* conferido anualmente pelo The Chicago Athenaeum: Museum of Architecture and Design em conjunto com o Centro Europeu de Arquitetura, Arte, Design e Urbanismo.

Idea (International Design Excellence Award) – A linha Deca Touch foi reconhecida na edição nacional do maior prêmio de *design* dos Estados Unidos.

Exame Melhores e Maiores – Com base nos dados publicados nos balanços de 2010, a Duratex apresentou o sétimo maior crescimento da indústria de construção e o sétimo maior lucro do agronegócio. No ranking geral, avançou para a 132ª posição entre as maiores empresas por faturamento (228ª em 2009), além de figurar na 49ª posição entre as maiores de capital aberto do País.

Itautec

World Finance Technology Awards 2011 – a Itautec recebeu três prêmios da revista internacional *World Finance* para destacar iniciativas, soluções e melhores práticas no ambiente financeiro e empresarial: *Automated Banking Branch Technology Of The Year Latin America*, que reconhece a capacidade de entrega da Itautec no ambiente da agência em todos os pontos de contato com o cliente; *Retail Banking Systems Technology Provider Of The Year Latin America*, que

Comentário do Desempenho

evidencia a expertise da Itautec no desenvolvimento de soluções focadas nos processos dos clientes, apoiando os bancos de varejo na expansão de seus canais de atendimento, melhoria de processo e crescimento nos seus negócios; e *Security Technology Provider Of The Year Latin America*, que atesta a capacidade em oferecer soluções de segurança, monitoramento e combate a fraudes a seus clientes.

Elekeiroz

Winner JEC 2011 – Cliente de resinas da Elekeiroz, a empresa MVC Soluções em Plásticos ganhou a premiação durante a Jornada Européia de Compósitos (JEC), referência mundial no mercado de compósitos, realizada anualmente em Paris. Foi premiado o projeto de painéis de revestimentos feitos para o novo aeroporto de Carrasco, no Uruguai, que utiliza a nova linha de resinas Biopoli, produzida com fontes renováveis. A Elekeiroz foi citada durante a premiação como um dos quatro parceiros da MVC que contribuíram para esse reconhecimento.

Competição Baja – A resina Biopoli foi fornecida, como patrocínio, aos carros da equipe da Politécnica da USP na competição tipo Baja, em que alunos de escolas de engenharia desenvolvem protótipos para uso fora-de-estrada. A resina confere a esses veículos sustentabilidade e redução de peso, proporcionando economia de combustível e melhor rendimento.

Comentário do Desempenho

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 02 de fevereiro de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com a análise do processo de registro contábil pela mesa flow da tesouraria do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco - Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 10 de fevereiro de 2011 - Contrato para prestação de serviços relacionados à asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 17 de março de 2011 – Contrato para prestação de serviços de consultoria relacionados com os efeitos tributários gerados no Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A - Chile;
- 28 de março de 2011 – Participação em treinamento no curso QI/FATCA Módulo 3 Critical Customer Grups – Banco Itaú Europa Luxembourg S.A - Luxemburgo;
- 05 de abril de 2011 - Contrato de prestação de serviços profissionais relacionados com o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos nossos auditores internos nas práticas e recomendações para o exercício da atividade de auditoria interna (THE IIA The Institute of Internal Audit) – Redecard S.A – Brasil;
- 14 de abril de 2011 – Contrato para prestação de serviços de análise e apresentação de alternativas de determinados aspectos relacionados com o sistema de investimento em projetos de infraestrutura no Uruguai, com base em melhores práticas internacionais – Unión Capital AFAP S.A – Uruguai;
- 18 de maio de 2011 – Contrato de prestação serviços de consultoria no projeto da Asset Management Internacional em obter a certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) para fundos de investimento – Itaú USA Asset Management Inc. – Estados Unidos da América;
- 09 de junho de 2011 – Licenças de utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Itaú Unibanco S.A – Brasil e Banco Itaú Europa International – Estados Unidos da América.

. Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

AGRADECIMENTOS

Comentário do Desempenho

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança a nós dispensada, por acreditarem em nosso plano estratégico e no potencial de crescimento da empresa, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 08/08/2011).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA**Diretor Presidente**

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

PRESIDENTE DE HONRA

JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Contador

RÉGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

Comentário do Desempenho

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-PresidentesALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL**Conselheiros**ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

MembrosALCIDES LOPES TÁPIAS
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE
ALKIMAR RIBEIRO MOURA

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

ConselheirosALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-PresidentesALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER**Diretores Executivos**CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG**Diretores**CARLOS EDUARDO DE SOUZA LARA
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
JACKSON RICARDO GOMES
MARCO ANTONIO ANTUNES
ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FABIO SCHVARTSMAN
HELIO SEIBEL
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores Executivos

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ
VALMIR APARECIDO BUSCARIOLI

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

CARLOS EDUARDO DE CÁPUA CORRÊA DA FONSECA
LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO
MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MÁRIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes

CLÁUDIO VITA FILHO
JOÃO BATISTA RIBEIRO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor Geral

REINALDO RUBBI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSE BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

1. **Accrual:** Reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência.
2. **ATM:** Caixa automatico, máquina automática para serviços bancários
3. **EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):** Ganhos antes de Impostos, Depreciações e Amortizações.
4. **Eurobonds/Euronotes:** (Eurobônus/Euronotas) Bônus lançado no mercado europeu por um governo ou companhia através de um banco de determinado país e na moeda deste, mas vendido internacionalmente, geralmente por bancos.
5. **Hedge:** Proteção de uma posição. Estratégia financeira empregada para minimizar o risco decorrente das flutuações no mercado sobre investimentos de risco.
6. **Holding:** Sociedade que possui capital votante de outra em quantidade suficiente para influenciar seu conselho de administração e controlar sua política e administração.
7. **IBNR (Incurred But Not Reported):** Sigla em língua inglesa para a expressão “Incorridos mas não informados” utilizada nos sinistros de seguros.
8. **IFRS:**
9. **Joint Bookrunner:** Banco que estrutura, define o preço e convida outros subscritores a participar de uma emissão de valores mobiliários.
10. **Leasing:** Arrendamento Mercantil.
11. **Libor:** Taxa interbancária do mercado de Londres.
12. **Ranking:** Classificação, categorização.
13. **ROE (Return On Equity):** Retorno sobre o Patrimonio Líquido
14. **Software:** Conjunto de programas, métodos e procedimentos, regras e documentação, relacionados com o funcionamento e manejo de um sistema de dados.
15. **Subprime:** é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa
16. **Stress:** Tensão. Estado de dificuldade, pressão ou preocupação extrema.
17. **Swap:** Direitos contratuais de troca de resultados financeiros.
18. **Write-off:** (Baixa contábil de operação de crédito que se encontra totalmente provisionada). Baixar o valor de um ativo a débito de sua respectiva provisão.

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 18,0% das ações preferenciais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 08 de agosto de 2011.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da ITAÚSA eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP anterior"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EFETIVOS EM OU APÓS 1º DE JANEIRO DE 2011

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e os que são aplicáveis as nossas operações não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IFRIC 14 – "IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction"- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. A ITAÚSA CONSOLIDADO não espera que esta alteração impacte significativamente suas demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRS 9 – "Financial instruments" – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 "Financial Instruments: Recognition and Measurement". O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da ITAÚSA CONSOLIDADO. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013, e o IASB permite sua adoção antecipada. Porém, sua adoção antecipada não está disponível no Brasil já que o CMN, através da Resolução 3.853 estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação específica do BACEN.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas incorridos durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Notas Explicativas

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos quanto à existência de dados observáveis indicando um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 30 de junho de 2011 era de R\$ 8.026 (R\$ 7.312 em 31/12/2010).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 em aproximadamente R\$ 1.091 e R\$ 1.010, respectivamente.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (VIII).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4(n), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que ITAÚSA irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25. O montante de ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2011 era de R\$ 7.771 (R\$ 7.646 em 31/12/2010).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 30 de junho de 2011 totalizam ativos no valor de R\$ 61.767 (R\$ 62.268 em 31/12/2010) (dos quais R\$ 3.527 são derivativos) (R\$ 2.846 em 31/12/2010) e passivos no valor de R\$ 2.766 (R\$ 2.565 em 31/12/2010) (dos quais R\$ 2.500 são derivativos) (R\$ 2.077 em 31/12/2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

Notas Explicativas

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 30 de junho de 2011 o montante de R\$ 118 (R\$ 106 em 31 de dezembro 2010) foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 500.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil destas contingências em 30 de junho de 2011 é de R\$ 5.861 (R\$ 5.581 em 31 de dezembro de 2010).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até dois anos de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades que geralmente possui participações votante superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes à suas atividades; ou
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto da seguinte forma por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que os afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores).

Ainda de acordo com o CPC 19, o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou método de equivalência patrimonial. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

Notas Explicativas

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2011	Porcentagem do capital em 30/06/2010
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Banco	36,65%	36,66%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,36%	35,27%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,45%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta a posição financeira das entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente na Itaúsa:

	30/06/2011	31/12/2010
Total de Ativos	779.805	742.134
Total de Passivos	690.684	659.579
Total de Receitas	71.400	58.313
Total de Despesas	(63.484)	(44.137)

CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding, para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

l) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como Resultado de Operações de Câmbio.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de “Disponibilidades”), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

e) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO possui operações de compra com compromisso de revenda (“compromisso de revenda”) e de venda com compromisso de recompra (“compromisso de recompra”) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas de Aplicações no mercado aberto e Captações no mercado aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros, conforme demonstrado a seguir.

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4(e)), Operações de crédito (Nota 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Nota 2.4(f)(IX)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são “desreconhecidos” quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos”. A ITAÚSA CONSOLIDADO designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), pois sua avaliação é efetuada diariamente com base no valor justo.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como “hedge” contábil.

Notas Explicativas

“Hedge” Contábil

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”;
- é esperado que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular;
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos; e
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em investimento no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa, conforme detalhado na Nota 8.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio é reconhecido no resultado como uma reclassificação de resultado abrangente acumulado. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro – Ativos financeiros disponíveis para venda. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de caixas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item vi abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica de Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e é reconhecida na Demonstração Consolidada do resultado na rubrica Receitas de juros e rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment é de, no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Notas Explicativas

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independentemente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos ou em 540 dias após tal atraso no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como inadimplente, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Notas Explicativas

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; (Nota 18);
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros, (Nota 21b).

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

i) **COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)**

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefício de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

j) **IMOBILIZADO**

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

k) **ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO**

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Notas Explicativas

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente. Em 30 de junho de 2011, a ITAÚSA e suas controladas não possuíam ativos intangíveis gerados internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Reconhecemos no período findo em 30 de junho de 2011 perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por distratos de contratos e resultados inferiores ao previsto, no valor de R\$ 6.

Conforme previsto pelo CPC 04, a ITAÚSA e suas subsidiárias elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

Notas Explicativas

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2011 e 2010
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – “Contratos de Seguros” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Notas Explicativas

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, desde a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa utilizando os mesmos critérios descrito na Nota 2.4f viii.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Notas Explicativas

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecido se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o CPC 11 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, a ITAÚSA CONSOLIDADO não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 29.

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 38.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

Notas Explicativas

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países, onde operam que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 127 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$ 14 em 30 de junho de 2010).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Notas Explicativas

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, a companhia geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluímos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Notas Explicativas

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Notas Explicativas

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,014 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) RECEITAS

I) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

Notas Explicativas

II) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito).

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na nota 32.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades	5.825	4.029
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	974	2.794
Aplicações em Operações Compromissadas	3.955	10.167
Total	10.754	16.990

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 4.627 (R\$ 2.632 em 31/12/2010) e R\$ 11.851 (R\$ 22.267 em 31/12/2010), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde a controlada Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	30/06/2011	31/12/2010
Não Remunerados	1.836	1.734
Remunerados	31.824	29.735
Total	33.660	31.469

Notas Explicativas**NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO**

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.892	389	15.281	14.315	520	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	85.353	10.773	96.126	82.094	6.588	88.682
Total	100.245	11.162	111.407	96.409	7.108	103.517
Participação Itaúsa		36,65%			36,57%	
	36.741	4.091	40.832	35.260	2.600	37.858
Empresas Industriais e Itaúsa	305	34	339	333	20	353
Total	37.046	4.125	41.171	35.593	2.620	38.211

(*) Inclui R\$ 12.143 (R\$ 8.670 em 31/12/2010) de ativos dados em garantia, sendo o valor justo desses ativos R\$ 12.300 (R\$ 8.802 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente por R\$ 4.450 (R\$ 3.171 em 31/12/2010) e R\$ 4.508 (R\$ 3.383 em 31/12/2010).

Notas Explicativas

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.287	39	(7)	1.319
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	91.022	10	(84)	90.948
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	1.648	23	(3)	1.668
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	1.487	26	(4)	1.509
Argentina	205	6	(4)	207
Estados Unidos	1.103	19	-	1.122
México	91	1	-	92
Rússia	-	-	-	-
Chile	66	-	-	66
Uruguai	15	-	-	15
Outros	7	-	-	7
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	20.360	95	(42)	20.413
Ações Negociáveis	2.669	74	(40)	2.703
Certificado de Recebíveis Imobiliários	622	2	-	624
Certificado de Depósito Bancário	9.117	-	-	9.117
Debêntures	3.333	1	-	3.334
Euro Bonds e Assemelhados	1.554	18	(2)	1.570
Outros	3.065	-	-	3.065
TOTAL	115.804	193	(140)	115.857
Participação Itaúsa - 36,65%	42.442	71	(51)	42.462
Empresas Industriais	258	-	(1)	257
TOTAL	42.700	71	(52)	42.719

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R\$ 40.133, b) R\$ 668, c) R\$ 668 e d) R\$ 252, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 14.709, b) R\$ 245, c) R\$ 245 e d) R\$ 92.

	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.701	49	(2)	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.636	77	(14)	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	653	17	(4)	666
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	9.323	38	(8)	9.353
Argentina	295	6	(8)	293
Estados Unidos	8.682	32	-	8.714
México	29	-	-	29
Rússia	45	-	-	45
Chile	248	-	-	248
Uruguai	24	-	-	24
Outros	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	16.941	152	(62)	17.031
Ações Negociáveis	3.161	134	(47)	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	587	9	-	596
Certificado de Depósito Bancário	8.932	-	-	8.932
Debêntures	2.799	1	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	1.459	8	(15)	1.452
Outros	3	-	-	3
TOTAL	115.254	333	(90)	115.497
Participação Itaúsa 36,57%	42.152	122	(33)	42.241
Empresas Industriais	378	1	(1)	378
TOTAL	42.530	123	(34)	42.619

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2010 eram: a) R\$ 46.672, b) R\$ 125, c) R\$ 8.592 e d) R\$ 11, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 16.701, b) R\$ 45, c) R\$ 3.112 e d) R\$ 38.

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	180	182	513	706
Perdas	(1.032)	(514)	(1.453)	(702)
TOTAL	(852)	(332)	(940)	4
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,66% em Jun/10	(312)	(122)	(345)	1
TOTAL	(312)	(122)	(345)	1

Notas Explicativas

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	29.552	29.621	58.534	58.705
Sem vencimento	3.956	4.022	4.862	4.996
Até um ano	25.596	25.599	53.672	53.709
Não Circulante	86.252	86.236	56.720	56.792
De um a cinco anos	73.265	73.260	49.392	49.403
De cinco a dez anos	9.806	9.799	5.134	5.177
Após dez anos	3.181	3.177	2.194	2.212
TOTAL	115.804	115.857	115.254	115.497
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	42.442	42.462	42.152	42.241
Empresas Industriais	258	257	378	378
TOTAL	42.700	42.719	42.530	42.619

(*) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 18.737 (R\$ 16.940 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 6.867 e (R\$ 6.209 em 31/12/2010). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	194	10	-	204
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	71	4	-	75
TOTAL	71	4	-	75

	31/12/2010			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	109	3	-	112
TOTAL	109	3	-	112

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Designados a Valor Justo através do Resultado				
Ganhos	4	5	10	11
TOTAL	4	5	10	11
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,66% em Jun/10	1	2	4	4
TOTAL	1	2	4	4

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/06/2011		31/12/2010
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Valor justo
Não Circulante	194	204	306
Após dez anos	194	204	306
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	71	75	112
TOTAL	71	75	112

Notas Explicativas

NOTA 07 – DERIVATIVOS

a) Derivativos – Geral

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos financeiros derivativos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Títulos, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais a participação era de R\$ 1.637 em 30/06/2011 (R\$ 2.954 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos Derivativos por Indexador:

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Valor Patrimonial	Ajustes ao Valor	Valor Justo
	Valor Referencial	a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Justo (no Resultado)	
	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011
Contratos de futuros	375.969	53	(41)	12
Compromissos de Compra	116.410	(64)	-	(64)
Moeda Estrangeira	11.344	(25)	(2)	(27)
Mercado Interfinanceiro	91.195	(10)	-	(10)
Prefixados	1.873	-	-	-
Índices	11.234	(29)	2	(27)
Títulos	406	-	(2)	(2)
Commodities	358	-	2	2
Compromissos de Venda	259.559	117	(41)	76
Moeda Estrangeira	21.622	13	(33)	(20)
Mercado Interfinanceiro	209.915	28	-	28
Índices	23.712	77	(3)	74
Títulos	1.803	-	-	-
Commodities	2.507	(1)	(5)	(6)
Contratos de Swaps		1.018	316	1.334
Posição Ativa	75.515	3.164	342	3.506
Moeda Estrangeira	5.165	39	2	41
Mercado Interfinanceiro	37.449	1.978	92	2.070
Prefixados	11.953	238	155	393
Pós-Fixados	873	13	5	18
Índices	19.370	894	87	981
Títulos	101	-	-	-
Commodities	131	1	-	1
Outros	473	1	1	2
Posição Passiva	74.497	(2.146)	(26)	(2.172)
Moeda Estrangeira	9.323	(339)	6	(333)
Mercado Interfinanceiro	20.238	(418)	7	(411)
Prefixados	12.883	(146)	(176)	(322)
Pós-Fixados	3.238	-	-	-
Índices	27.041	(1.044)	39	(1.005)
Títulos	100	-	-	-
Commodities	120	(9)	(4)	(13)
Outros	1.554	(190)	102	(88)
Contratos de Opções	2.777.954	137	58	195
De Compra - Posição Comprada	1.065.312	1.000	(406)	594
Moeda Estrangeira	16.377	256	(37)	219
Mercado Interfinanceiro	912.374	441	(99)	342
Pós-Fixados	262	2	(1)	1
Índices	134.561	117	(60)	57
Títulos	1.427	170	(216)	(46)
Commodities	311	14	7	21
De Venda - Posição Comprada	570.658	984	330	1.314
Moeda Estrangeira	13.254	626	221	847
Mercado Interfinanceiro	471.021	70	(44)	26
Prefixados	2	-	-	-
Pós-Fixados	239	1	-	1
Índices	81.561	69	(25)	44
Títulos	3.850	210	175	385
Commodities	731	8	3	11
De Compra - Posição Vendida	681.176	(1.075)	299	(776)
Moeda Estrangeira	10.261	(236)	42	(194)
Mercado Interfinanceiro	572.762	(460)	136	(324)
Índices	96.205	(327)	120	(207)
Títulos	1.752	(45)	1	(44)
Commodities	196	(7)	-	(7)
De Venda - Posição Vendida	460.808	(772)	(165)	(937)
Moeda Estrangeira	11.784	(525)	(134)	(659)
Mercado Interfinanceiro	350.572	(99)	41	(58)
Prefixados	2	-	-	-
Índices	95.983	(59)	20	(39)
Títulos	2.250	(79)	(98)	(177)
Commodities	217	(10)	6	(4)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos de futuros	292.040	5	(60)	(55)
Compromissos de Compra	127.499	(1)	174	173
Moeda Estrangeira	8.128	(1)	1	-
Mercado Interfinanceiro	98.353	-	45	45
Índices	19.288	-	95	95
Títulos	1.645	-	-	-
Commodities	84	-	33	33
Outros	1	-	-	-
Compromissos de Venda	164.550	6	(234)	(228)
Moeda Estrangeira	13.057	6	(20)	(14)
Mercado Interfinanceiro	113.173	-	(45)	(45)
Índices	32.033	-	(127)	(127)
Títulos	4.230	-	-	-
Commodities	2.048	-	(42)	(42)
Outros	9	-	-	-
Contratos de Swaps		344	580	924
Posição Ativa	68.839	2.160	777	2.937
Moeda Estrangeira	7.330	(292)	238	(54)
Mercado Interfinanceiro	34.370	1.299	161	1.460
Prefixados	9.277	326	140	466
Pós-Fixados	865	2	18	20
Índices	16.745	819	218	1.037
Títulos	32	3	-	3
Commodities	219	3	2	5
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	68.495	(1.816)	(197)	(2.013)
Moeda Estrangeira	14.609	(310)	(17)	(327)
Mercado Interfinanceiro	19.443	(358)	138	(220)
Prefixados	7.835	(256)	(133)	(389)
Pós-Fixados	3.272	(2)	(1)	(3)
Índices	23.122	(865)	(181)	(1.046)
Títulos	29	(1)	-	(1)
Commodities	178	(24)	(3)	(27)
Outros	7	-	-	-
Contratos de Opções	2.330.950	(570)	235	(335)
De Compra - Posição Comprada	695.908	1.182	(108)	1.074
Moeda Estrangeira	24.905	414	(104)	310
Mercado Interfinanceiro	530.428	468	2	470
Pós-Fixados	314	2	-	2
Índices	138.085	182	(53)	129
Títulos	1.534	86	27	113
Commodities	642	30	20	50
De Venda - Posição Comprada	526.323	625	53	678
Moeda Estrangeira	12.295	339	142	481
Mercado Interfinanceiro	404.532	128	(28)	100
Pós-Fixados	282	-	-	-
Índices	107.034	109	(48)	61
Títulos	1.625	40	(6)	34
Commodities	555	9	(7)	2
De Compra - Posição Vendida	527.731	(1.587)	342	(1.245)
Moeda Estrangeira	26.547	(802)	341	(461)
Mercado Interfinanceiro	376.482	(256)	(7)	(263)
Índices	123.221	(449)	50	(399)
Títulos	864	(49)	(27)	(76)
Commodities	617	(31)	(15)	(46)
De Venda - Posição Vendida	580.988	(790)	(52)	(842)
Moeda Estrangeira	16.715	(451)	(95)	(546)
Mercado Interfinanceiro	444.963	(196)	3	(193)
Índices	118.333	(71)	22	(49)
Títulos	825	(58)	7	(51)
Commodities	152	(14)	11	(3)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de	Valor Patrimonial a	Ajustes ao Valor	Valor Justo
	Compensação	Receber / (Recebido)	Justo (no	
	Valor Referencial	(A Pagar) / Pago	Resultado)	
	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011
Contratos a Termo	14.852	1.155	12	1.167
Compras a Receber	332	276	(1)	275
Moeda Estrangeira	49	58	(1)	57
Prefixados	162	162	-	162
Pós-Fixados	54	54	-	54
Commodities	67	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	7.263	(788)	21	(767)
Moeda Estrangeira	6.934	(553)	19	(534)
Mercado Interfinanceiro	138	-	-	-
Prefixados	-	(165)	-	(165)
Pós-Fixados	-	(54)	-	(54)
Índices	1	-	-	-
Títulos	21	(3)	-	(3)
Commodities	169	(13)	2	(11)
Vendas a Receber	7.146	2.122	(8)	2.114
Moeda Estrangeira	5.240	265	(5)	260
Mercado Interfinanceiro	1	1	-	1
Prefixados	167	167	-	167
Pós-Fixados	267	267	-	267
Índices	16	16	-	16
Títulos	1.429	1.404	(2)	1.402
Commodities	26	2	(1)	1
Obrigações por Venda a Entregar	111	(455)	-	(455)
Moeda Estrangeira	55	(7)	-	(7)
Prefixados	-	(164)	-	(164)
Pós-Fixados	-	(267)	-	(267)
Commodities	56	(17)	-	(17)
Derivativos de Crédito	6.972	456	28	484
Posição Ativa	4.002	567	13	580
Moeda Estrangeira	21	-	1	1
Prefixados	3.764	661	12	673
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	217	(94)	3	(91)
Posição Passiva	2.970	(111)	15	(96)
Moeda Estrangeira	21	-	(1)	(1)
Prefixados	2.721	(111)	18	(93)
Títulos	228	-	(2)	(2)
Operações de Forwards	21.033	(597)	(7)	(604)
Posição Ativa	7.516	796	-	796
Moeda Estrangeira	6.412	212	-	212
Mercado Interfinanceiro	15	-	-	-
Prefixados	612	576	-	576
Pós-Fixados	477	8	-	8
Posição Passiva	13.517	(1.393)	(7)	(1.400)
Moeda Estrangeira	13.250	(814)	-	(814)
Mercado Interfinanceiro	11	-	-	-
Prefixados	-	(576)	(7)	(583)
Pós-Fixados	256	(3)	-	(3)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos (*)	3.413	304	(81)	223
Posição Ativa	3.020	470	(45)	425
Moeda Estrangeira	273	188	11	199
Títulos	2.747	282	(56)	226
Posição Passiva	393	(166)	(36)	(202)
Moeda Estrangeira	392	(166)	(36)	(202)
Commodities	1	-	-	-
		9.432	184	9.616
		(6.906)	101	(6.805)
		2.526	285	2.811
Ativo - Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11		3.457	67	3.524
Passivo - Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11		(2.531)	37	(2.494)
TOTAL		926	104	1.030
Empresas Industriais Ativo		2	1	3
Empresas Industriais Passivo		(7)	1	(6)
ATIVO		3.459	68	3.527
PASSIVO		(2.538)	38	(2.500)
TOTAL		921	106	1.027

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2011
Futuros	139.078	131.564	55.941	49.386	375.969
Swaps	4.136	15.021	11.035	42.159	72.351
Opções	1.492.079	793.805	476.939	15.131	2.777.954
Termo	2.045	6.588	4.518	1.701	14.852
Derivativos de Crédito	84	1.125	566	5.197	6.972
Forwards	6.278	8.690	3.318	2.747	21.033
Outros	11	528	248	2.626	3.413

Notas Explicativas

	Conta de	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação Valor Referencial			
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos a Termo	1.445	1.432	(27)	1.405
Compras a Receber	21	57	29	86
Mercado Interfinanceiro	-	36	-	36
Pós-Fixados	21	21	29	50
Obrigações por Compra a Pagar	-	(21)	(29)	(50)
Vendas a Receber	1.424	1.397	1	1.398
Moeda Estrangeira	4	4	-	4
Índices	-	-	-	4
Títulos	1.419	1.392	1	1.393
Commodities	1	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar	-	(1)	(28)	(29)
Pós-Fixados	-	-	-	(29)
Derivativos de Crédito	6.701	125	7	132
Posição Ativa	2.902	258	3	261
Moeda Estrangeira	53	-	1	1
Prefixados	2.622	258	(2)	256
Títulos	227	-	-	4
Posição Passiva	3.799	(133)	4	(129)
Moeda Estrangeira	22	-	(1)	(1)
Prefixados	3.126	(133)	10	(123)
Títulos	651	-	(5)	(5)
Operações de Forwards	36.958	(522)	22	(500)
Posição Ativa	13.832	597	15	612
Moeda Estrangeira	13.121	548	8	556
Prefixados	3	1	-	1
Pós-Fixados	509	8	-	8
Commodities	199	40	7	47
Posição Passiva	23.126	(1.119)	7	(1.112)
Moeda Estrangeira	22.759	(1.097)	8	(1.089)
Mercado Interfinanceiro	27	27	(1)	(1)
Pós-Fixados	273	(3)	-	(3)
Commodities	67	(18)	(1)	(19)
Swap com Verificação				
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	25	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	25	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros	3.755	626	(91)	535
Posição Ativa	3.395	785	(54)	731
Moeda Estrangeira	259	189	5	194
Prefixados	698	375	2	377
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	2.438	221	(58)	163
Posição Passiva	360	(159)	(37)	(196)
Moeda Estrangeira	360	(159)	(37)	(183)
Índices	-	-	(13)	(13)
	ATIVO	7.061	716	7.777
	PASSIVO	(5.621)	(50)	(5.671)
	TOTAL	1.440	666	2.106
Ativo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		2.582	262	2.844
Passivo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		(2.056)	(18)	(2.074)
TOTAL		527	244	770
Empresas Industriais Ativo		2	1	3
Empresas Industriais Passivo		(4)	1	(3)
ATIVO		2.584	263	2.846
PASSIVO		(2.060)	(17)	(2.077)
TOTAL		524	246	769

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950
Termo	274	1.143	28	-	1.445
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6
Verificação de Swap	6	16	3	-	25
Outros	105	927	405	2.318	3.755

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011								31/12/2010
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo
ATIVO									
Futuros	12	0,1	(7)	33	(8)	3	-	(9)	-
BM&F Bovespa	19	0,2	(8)	44	(9)	3	(2)	(9)	-
Instituições Financeiras	(5)	(0,1)	-	(5)	-	-	-	-	-
Empresas	(2)	-	1	(6)	1	-	2	-	-
Prêmios de Opções	1.908	19,8	623	455	319	432	74	5	1.752
BM&F Bovespa	1.456	15,1	679	323	278	171	5	-	1.305
Instituições Financeiras	564	5,9	74	126	38	259	65	2	364
Empresas	(112)	(1,2)	(130)	6	3	2	4	3	83
Operações a Termo	2.389	24,8	366	1.169	250	91	130	383	1.484
BM&F Bovespa	1.418	14,7	215	1.090	100	13	-	-	1.398
Instituições Financeiras	114	1,2	96	1	2	15	-	-	86
Empresas	857	8,9	55	78	148	63	130	383	-
Swaps - Ajuste a Receber	3.506	36,6	275	370	545	449	623	1.244	2.937
BM&F Bovespa	283	2,9	18	2	40	47	37	139	271
Instituições Financeiras	523	5,4	54	91	51	25	70	232	441
Empresas	2.657	27,9	197	259	430	380	519	872	2.203
Pessoas Físicas	43	0,4	6	18	24	(3)	(3)	1	22
Derivativos de Crédito	580	6,0	72	158	126	(9)	(18)	251	261
Instituições Financeiras	493	5,1	72	182	126	-	1	112	77
Empresas	87	0,9	-	(24)	-	(9)	(19)	139	184
Forwards	796	8,3	43	617	53	52	8	23	612
Instituições Financeiras	688	7,2	32	590	22	38	-	6	151
Empresas	107	1,1	10	27	31	14	8	17	460
Pessoas Físicas	1	-	1	-	-	-	-	-	1
Outros	425	4,4	-	149	1	11	44	220	731
Instituições Financeiras	425	4,4	-	149	1	11	44	220	724
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Total (*)	9.616	100,0	1.372	2.951	1.286	1.029	861	2.117	7.777
% por prazo de vencimento			14,3%	30,7%	13,4%	10,7%	9,0%	22,0%	100,0%
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	3.524		503	1.082	471	377	316	776	2.844
Empresas Industriais	3	-	-	-	-	-	3	-	2
TOTAL	3.527		503	1.082	471	377	319	776	2.846

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.433 (R\$ 1.852 em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ 1.091 (R\$ 994 em 31/12/2010) não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011								31/12/2010
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo
PASSIVO									
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	(55)
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Prêmios de Opções	(1.713)	25,2	(362)	(580)	(242)	(323)	(202)	(4)	(2.087)
BM&F Bovespa	(1.300)	19,1	(332)	(537)	(179)	(111)	(141)	-	(1.677)
Instituições Financeiras	(399)	5,9	(28)	(41)	(60)	(200)	(54)	(16)	(299)
Empresas	(14)	0,2	(2)	(2)	(3)	(12)	(7)	12	(110)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Operações a Termo	(1.222)	17,9	(110)	(104)	(240)	(179)	(196)	(393)	(79)
Instituições Financeiras	(70)	1,0	(50)	(1)	(2)	(13)	(4)	-	(50)
Empresas	(1.152)	16,9	(60)	(103)	(238)	(166)	(192)	(393)	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.172)	31,9	(107)	(76)	(502)	(183)	(519)	(785)	(2.013)
BM&F Bovespa	(390)	5,7	(8)	(5)	(58)	(41)	(125)	(153)	(388)
Instituições Financeiras	(370)	5,4	(44)	(6)	(27)	(12)	(71)	(210)	(396)
Empresas	(1.393)	20,5	(55)	(64)	(413)	(120)	(319)	(422)	(1.170)
Pessoas Físicas	(19)	0,3	-	(1)	(4)	(10)	(4)	-	(59)
Derivativos de Crédito	(96)	1,4	(5)	(3)	(1)	-	(2)	(85)	(129)
Instituições Financeiras	(96)	1,4	(5)	(3)	(1)	-	(2)	(85)	(126)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Forwards	(1.400)	20,6	(73)	(775)	(161)	(172)	(114)	(105)	(1.112)
Instituições Financeiras	(1.297)	19,1	(69)	(700)	(154)	(160)	(109)	(105)	(629)
Empresas	(103)	1,5	(4)	(75)	(7)	(12)	(5)	-	(482)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros	(202)	3,0	(1)	(85)	(4)	(1)	(44)	(67)	(196)
Instituições Financeiras	(269)	4,0	(1)	(85)	(7)	(1)	(45)	(130)	(173)
Empresas	67	(1,0)	-	-	3	-	1	63	(23)
Total (*)	(6.805)	100,0	(658)	(1.623)	(1.150)	(858)	(1.077)	(1.439)	(5.671)
% por prazo de vencimento			19,6%	14,8%	10,3%	24,8%	13,1%	17,4%	100,0%
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	(2.494)		(241)	(595)	(421)	(314)	(395)	(527)	(2.074)
Empresas Industriais	(6)	-	-	-	-	-	(6)	-	(3)
TOTAL	(2.500)		(241)	(595)	(421)	(314)	(401)	(527)	(2.077)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ (1.572) (R\$ (1.442) em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ (922) (R\$ (635) em 31/12/2010) não circulante.

Notas Explicativas

Resultado Realizado e não Realizado na Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Swap	621	(182)	915	(245)
Termo	12	8	82	9
Futuro	190	185	262	209
Opções	(16)	55	224	20
Derivativos de Crédito	25	15	59	9
Outros	(426)	322	(947)	273
Total	406	403	595	275
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,66% em Jun/10	149	144	218	98
TOTAL	149	144	218	98

b) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos públicos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 30 de junho de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não venderam proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011					Valor Justo	31/12/2010
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		Valor Justo
Por Instrumento							
CDS	2.962	901	690	981	390	(89)	(121)
TRS	8	-	-	8	-	(7)	(8)
Total por Instrumento	2.970	901	690	989	390	(96)	(129)
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)
TOTAL	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)
Por Classificação de Risco							
Grau de Investimento	2.970	901	690	989	390	(96)	(129)
Total por Risco	2.970	901	690	989	390	(96)	(129)
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)
TOTAL	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)
Por Entidade de Referência							
Entidades Privadas	2.970	901	690	989	390	(96)	(129)
Total por Entidade	2.970	901	690	989	390	(96)	(129)
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)
TOTAL	1.089	330	253	362	143	(35)	(47)

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *notional* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção:

	30/06/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(2.962)	3.348	386
TRS	(8)	654	646
Total	(2.970)	4.002	1.032
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11	(1.089)	1.467	378
TOTAL	(1.089)	1.467	378
	31/12/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.375)	2.902	(473)
TRS	(424)	-	(424)
Total	(3.799)	2.902	(897)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	(1.389)	1.061	(328)
TOTAL	(1.389)	1.061	(328)

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Notas Explicativas

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados denominados em reais e swaps de taxas de juros relativos a ações preferenciais resgatáveis denominadas em dólares emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Os montantes sempre são considerados como valores nominais.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos à prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Nossas estratégias de investimento líquido no exterior consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Notas Explicativas

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que espera-se que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e representam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	47	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Swap de Taxa de Juros	(21)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-

(*) Em 30 Junho de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 20.

Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Ganho ou (Perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI	429	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Forward	(256)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(17)
NDF	(46)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	6

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto hedge em 30 de Junho de 2011:

Estratégias	Derivativos		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	17.409	17	18.388
Hedge de ações preferenciais resgatáveis	614	(27)	614
Hedge de CDB subordinado	87	-	112
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	5.973	(11)	3.584

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAPU UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R\$ 3.

Em 30 Junho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou operações de Hedge, com vencimento em 01/07/2011, gerando efeito no resultado de R\$ 1.

Notas Explicativas

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	715	7	-	722
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	6.451	58	(7)	6.502
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	3.251	84	-	3.335
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	5.893	5	(30)	5.868
Portugal	-	-	-	-
Argentina	-	-	-	-
Estados Unidos	15	-	-	15
Dinamarca	-	-	-	-
México	148	4	-	152
Dinamarca	3.270	-	-	3.270
Espanha	782	-	-	782
Coréia	295	-	-	295
Chile	581	1	(2)	580
Paraguai	415	-	(28)	387
Uruguai	373	-	-	373
Outros	14	-	-	14
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	22.555	1.853	(739)	23.669
Ações Negociáveis	3.544	1.027	(144)	4.427
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.108	686	(579)	7.215
Certificado de Depósito Bancário	525	-	-	525
Debêntures	6.565	44	(1)	6.608
Euro Bonds e Assemelhados	3.838	96	(15)	3.919
Notas Promissórias	673	-	-	673
Outros	302	-	-	302
TOTAL	38.865	2.007	(776)	40.096
Participação Itaúsa - 36,65%	14.244	736	(284)	14.695
Empresas Industriais	622	204	-	826
TOTAL	14.866	940	(284)	15.521

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R\$ 29, b) R\$ 2.146, c) R\$ 147 e d) R\$ 1.142, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 10, b) R\$ 786, c) R\$ 54 e d) R\$ 419.

	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	756	14	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	9.949	130	-	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.584	181	(45)	4.720
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	4.736	4	(181)	4.559
Portugal	-	-	-	-
Argentina	-	-	-	-
Estados Unidos	679	-	-	679
Dinamarca	-	-	-	-
México	-	-	-	-
Dinamarca	2.108	-	(92)	2.016
Espanha	777	-	(43)	734
Coréia	262	-	(26)	236
Chile	454	1	(2)	453
Paraguai	272	2	(18)	256
Uruguai	184	1	-	185
Outros	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	23.224	1.734	(547)	24.411
Ações Negociáveis	4.248	1.395	(519)	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.799	190	(14)	6.975
Certificado de Depósito Bancário	559	-	-	559
Debêntures	6.597	40	(3)	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3.745	109	(11)	3.843
Notas Promissórias	1.265	-	-	1.265
Outros	11	-	-	11
TOTAL	43.249	2.063	(773)	44.539
Participação Itaúsa - 36,57%	15.817	754	(283)	16.289
Empresas Industriais	525	(61)	51	514
TOTAL	16.342	693	(232)	16.803

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 3.396, b) R\$ 3.267, c) R\$ 14 e d) R\$ 2.149, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 1.780, b) R\$ 1.195, c) R\$ 5 e d) R\$ 786.

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	159	14	376	119
Perdas	(39)	(18)	(72)	(34)
Total	120	(4)	304	85
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,66% em Jun/10	44	(1)	111	31
Total	44	(1)	111	31

Notas Explicativas

O Custo Amortizado e o Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	14.234	15.245	18.787	19.566
Sem Vencimento	4.257	5.146	5.004	5.894
Até um ano	9.977	10.099	13.783	13.672
Não Circulante	24.631	24.851	24.466	24.973
De um a cinco anos	11.836	12.231	12.060	12.228
De cinco a dez anos	7.584	7.589	7.281	7.400
Após dez anos	5.211	5.031	5.125	5.345
Total	38.865	40.096	43.253	44.539
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	14.244	14.695	15.819	16.289
Empresas Industriais	622	826	525	514
TOTAL	14.866	15.521	16.344	16.803

Durante o período findo em 30/06/2011 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.757	2.764
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	211	226
Títulos Públicos - Outros Países	-	16
Títulos de Dívida de Empresas (1)	173	164
Debêntures	32	30
Euro Bonds e Assemelhados	136	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	4
Total	3.141	3.170
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	1.151	1.159
TOTAL	1.151	1.159

(1) Os Ativos Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R\$ 51 e b) R\$ 41 (R\$ 98 em 31/12/2010).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	202	284
Até um ano	202	284
Não Circulante	2.939	2.886
De um a cinco anos	251	344
De cinco a dez anos	1.050	77
Após dez anos	1.638	2.465
Total	3.141	3.170
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	1.151	1.159
TOTAL	1.151	1.159

Durante o período findo em 30/06/2011 não reconhecemos Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Operações de Crédito

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	30/06/2011	31/12/2010
Pessoas Físicas	136.261	125.415
Cartão de Crédito	34.555	33.041
Crédito Pessoal	30.120	23.681
Veículos	60.602	60.627
Crédito Imobiliário	10.984	8.066
Grandes Empresas	80.514	76.583
Micro/Pequenas e Médias Empresas	86.019	79.950
Unidades Externas América Latina	14.703	13.539
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	317.497	295.487
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.898)	(19.994)
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	295.599	275.493
Participação Itaúsa	36,65%	36,57%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	116.366	108.068
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.026)	(7.312)
Total Participação Itaúsa	108.340	100.756
Por setor do devedor	30/06/2011	31/12/2010
Setor Público	1.570	1.138
Indústria e Comércio	92.303	84.997
Serviços	63.302	60.295
Setor Primário	13.946	13.933
Outros Setores	2.898	2.185
Pessoa Física	143.478	132.939
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	317.497	295.487
Participação da Itaúsa	36,65%	36,57%
	116.366	108.068
Por vencimento (*)	30/06/2011	31/12/2010
Vencidas a partir de 1 dia	4.961	4.472
A vencer até 3 meses	32.593	30.212
A vencer de 3 a 12 meses	29.421	28.291
A vencer acima de um ano	49.390	45.093
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	116.366	108.068
Por Concentração (*)	30/06/2011	31/12/2010
Principal Devedor	590	592
10 Maiores Devedores	4.073	4.137
20 Maiores Devedores	6.705	6.698
50 Maiores Devedores	11.748	11.642
100 Maiores Devedores	15.823	15.708

(*) Os valores indicados nestes quadros já refletem a participação da Itaúsa

Notas Explicativas

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa nos saldos da rubrica "Empréstimos e Adiantamentos a Clientes" são as seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING				
Composição de saldo de Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 30/06/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 30/06/2011	Saldo Final 30/06/2011
Pessoas Físicas	10.618	(4.243)	5.372	11.747
Cartão de Crédito	3.306	(1.430)	1.257	3.133
Crédito Pessoal	3.492	(1.684)	2.655	4.463
Veículos	3.709	(1.103)	1.450	4.056
Crédito Imobiliário	111	(26)	10	95
Grandes Empresas	1.071	(141)	(86)	844
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(3.263)	4.302	9.080
Unidades Externas e América Latina	264	(84)	47	227
Total	19.994	(7.731)	9.635	21.898
	36,57%		36,65%	
Participação Itaúsa	7.312			8.026

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade de nossos clientes:

Por Setor do Devedor	30/06/2011	31/12/2010
Setor Público	2	16
Indústria e Comércio	6.220	5.658
Serviços	3.325	3.020
Setor Primário	268	318
Outros Setores	134	123
Pessoa Física	11.949	10.859
Total	21.898	19.994
	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	8.026	7.312

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Empréstimos e Adiantamentos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4 f VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/06/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Impairment Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas	847	490	79.667	354	80.514	844
II - Operações Impairment Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	8.790	5.257	127.471	6.490	136.261	11.747
Cartão de Crédito	2.675	1.545	31.880	1.588	34.555	3.133
Crédito Pessoal	2.488	1.582	27.632	2.881	30.120	4.463
Veículos	3.486	2.092	57.116	1.964	60.602	4.056
Crédito Imobiliário	141	38	10.843	57	10.984	95
Micro / Pequenas e Médias Empresas	5.842	4.029	80.177	5.051	86.019	9.080
Unidades Externas América Latina	85	45	14.618	182	14.703	227
Total	15.564	9.821	301.933	12.077	317.497	21.898
Participação Itaúsa	5.704	3.600	110.662	4.426	116.366	8.026
			36,65%			

	31/12/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Impairment Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas	884	394	75.699	677	76.583	1.071
II - Operações Impairment Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	8.086	4.839	117.329	5.780	125.415	10.619
Cartão de Crédito	2.411	1.458	30.630	1.848	33.041	3.306
Crédito Pessoal	2.195	1.380	21.486	2.112	23.681	3.492
Veículos	3.315	1.938	57.312	1.771	60.627	3.709
Crédito Imobiliário	165	63	7.901	49	8.066	112
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.856	3.412	75.094	4.629	79.950	8.041
Unidades Externas América Latina	52	35	13.487	228	13.539	263
Total	13.878	8.680	281.609	11.314	295.487	19.994
Participação Itaúsa	5.076	3.175	102.993	4.138	108.068	7.312
			36,57%			

Notas Explicativas

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Valor Presente
Circulante	17.737	(1.225)	16.512	17.415
Até 1 ano	17.737	(1.225)	16.512	17.415
Não Circulante	23.424	(7.288)	16.136	20.869
Entre 1 e 5 anos	23.140	(7.204)	15.936	20.100
Acima de 5 anos	284	(84)	200	769
Total	41.161	(8.513)	32.648	38.284
		36,65%		36,57%
Participação Itaúsa	15.086	(3.120)	11.966	14.002

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento mercantil financeiro

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R\$ 103 em 30 de junho de 2011 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011	31/12/2010
Circulante - Até 1 Ano	188	129
Não Circulante - De 1 a 5 Anos	94	83
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	282	212
Juros Futuro	1	2
Valor Presente	281	210
	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	103	77

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011	31/12/2010
Circulante	494	823
Até 1 ano	494	823
Não Circulante	3.463	3.311
De 1 a 5 anos	2.745	2.571
Mais de 5 anos	718	740
Total de Pagamento Mínimos Futuros	3.957	4.134
	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	1.450	1.512

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	30/06/2011	31/12/2010
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	355	307
Produtos Acabados	324	245
Produtos em elaboração	71	81
Almoxarifado Geral	67	62
Adiantamento a Fornecedores	22	16
Provisão para perdas nos estoques	(52)	(50)
Outros	1	2
Total	788	663

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS**I) Participação em Controladas - ITAÚSA**

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

Empresas	Saldos em 31/12/2010	Subscrições / Aquisições / (Vendas)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Saldos em 30/06/2011	Saldos em 30/06/2010 (1)
Itaú Unibanco Holding S.A.	11.411	360	(1.205)	1.919	(10)	-	15	12.490	11.082
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.165	-	(38)	428	(9)	-	14	12.560	10.890
Duratex S.A.	1.210	-	(24)	64	-	-	1	1.251	1.154
Elekeiroz S.A.	460	-	(5)	18	-	(10)	-	463	441
Itautec S.A.	387	-	-	17	(5)	(5)	-	394	414
Itaúsa Empreendimentos S.A.	97	-	-	2	-	-	-	99	94
ITH Zux Cayman Company Ltd.	38	-	-	(2)	-	-	-	36	31
TOTAL GERAL	25.768	360	(1.272)	2.446	(24)	(15)	30	27.293	24.106

(1) Em rendas a receber, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	71.063	7.133	885.142.980	77.193	36,65%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.056	783	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	3.562	177	194.070.169	-	35,36%	35,36%
Elekeiroz S.A.	320	479	19	14.261.751	16.117.360	96,48%	98,23%
Itautec S.A.	280	529	21	10.953.370	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	99	2	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	35	37	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 30/06/2011		30/06/2011				31/12/2010		30/06/2010	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.603	98	1.997	25	2.389	1.967	70	1.833
Banco BPI S.A. (b)	19,01	19,01	2.262	(1.105)	430	(210)	430	682	37	573
Serasa S.A.	16,14	16,14	1.660	167	268	27	-	256	34	-
Outros (c)	-	-	-	-	40	27	-	42	(4)	-
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	2.735	(131)	-	2.947	137	-
Participação Itaúsa						36,65%			36,57%	
Outros Investimentos					998	(48)	-	1.079	50	-
Total					998	(23)	-	1.079	78	-

(a) Para fins de valor de mercado foi considerada a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 880 em 30 de junho de 2011 e de R\$ 896 em 31 de dezembro de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) Em 30/06/2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 236, calculada com base no valor de mercado da ação em relação ao seu valor contábil.

(c) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaia de Medios de Processamento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAUSA CONSOLIDADO	30/06/2011	31/12/2010
Total de ativos	104.184	118.236
Total de passivos	96.981	112.409
Total de receitas	3.611	16.301
Total de despesas	(3.228)	(15.039)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAUSA	30/06/2011	31/12/2010
Total de ativos	788.345	750.159
Total de passivos	694.519	663.037
Total de receitas	74.212	61.490
Total de despesas	(66.077)	(46.787)

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2010			Movimentações				Saldo em 30/06/2011		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO	-	2.990	(1.025)	1.965	134	(6)	(50)	(57)	3.075	(1.089)	1.986
Terrenos	-	997	-	997	31	(5)	-	(20)	1.003	-	1.003
Edificações	4	1.587	(848)	739	69	(1)	(11)	(40)	1.652	(896)	756
Benfeitorias	10	406	(177)	229	34	-	(39)	3	420	(193)	227
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	5.689	(3.037)	2.652	440	(23)	(150)	(101)	5.967	(3.149)	2.818
Instalações de Uso	5 a 20	671	(417)	254	27	-	(19)	(126)	371	(235)	136
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.721	(1.022)	1.699	77	(5)	(7)	320	3.602	(1.518)	2.084
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	1.783	(1.392)	391	157	(11)	(124)	84	1.752	(1.255)	497
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	514	(206)	308	179	(7)	-	(379)	242	(141)	101
TOTAL IMOBILIZADO		8.679	(4.062)	4.617	574	(29)	(200)	(158)	9.042	(4.238)	4.804

(*) Possuímos contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento financeiro. De acordo com esse método, o ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis, sendo o ativo depreciado de forma consistente com os critérios de depreciação que normalmente utilizamos para ativos próprios. Esses contratos montam R\$ 83 em junho de 2011 (R\$ 56 em 31 dezembro de 2010).

Notas Explicativas

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2011 possuía aproximadamente 136 mil hectares em áreas de efetivo plantio (137 mil hectares em 31/03/2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Notas Explicativas

b) Composição dos saldos

Os saldos dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	492	471
Diferencial entre o custo e o valor justo	553	559
Valor justo dos ativos biológicos	1.045	1.030

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	30/06/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.030	870
Compras	1	58
Exaustão	(88)	(168)
Vendas	(10)	-
Valor justo	112	270
Saldo final	1.045	1.030

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste positivo no valor justo é decorrente dos maiores preços da madeira em pé, do aumento das áreas de efetivo plantio, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2010			Movimentações					30/06/2011		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução à Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	(2)	889	(476)	413	30	(2)	(115)	(4)	(108)	768	(554)	214
Ágio sobre ações adquiridas do Itaú Unibanco Holding (Nota 27)	-	832	-	832	-	-	-	-	(372)	460	-	460
Outros Ativos Intangíveis	-	1.860	(414)	1.446	1.035	(127)	(174)	(1)	(51)	2.523	(396)	2.127
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	(2)	543	(21)	522	12	(126)	(15)	(1)	(208)	214	(30)	184
Gastos com Aquisição de Software	20	557	(319)	238	71	-	(42)	-	33	490	(190)	300
Marcas e Patentes	-	2	-	2	77	-	-	-	-	79	-	79
Ágio por Rentabilidade Futura	-	210	-	210	17	-	-	-	-	227	-	227
Carteira de Clientes	7	329	(29)	300	616	-	(107)	-	-	945	(137)	808
Outros Ativos Intangíveis	10	219	(45)	174	242	(1)	(10)	-	124	568	(39)	529
INTANGÍVEL		3.581	(890)	2.691	1.065	(129)	(289)	(5)	(531)	3.751	(950)	2.801

(1) Nota 2.4.1.

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

Notas Explicativas

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	122.422	62.029	184.451	114.017	63.134	177.151
Depósitos a Prazo	59.935	61.705	121.640	53.522	62.894	116.416
Depósitos Interfinanceiros	2.478	324	2.802	1.689	240	1.929
Depósitos para Investimento	-	-	-	906	-	906
Depósitos de Poupança	60.009	-	60.009	57.900	-	57.900
Depósitos não Remunerados	24.463	-	24.463	25.537	-	25.537
Depósitos a Vista	24.230	-	24.230	25.349	-	25.349
Outros Depósitos	233	-	233	188	-	188
Total	146.885	62.029	208.914	139.554	63.134	202.688
Participação Itaúsa	53.835	22.734	76.569	51.039	23.090	74.129

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011	31/12/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo		
Notas Estruturadas	727	1.335
Total	727	1.335
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	266	488
TOTAL	266	488

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ (222) (R\$ (17) em 31/12/2010).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2011 e 31/12/2010.

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Mercados Aberto e Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	109.052	88.812	197.864	122.445	77.212	199.657
Interbancários	39.003	34.325	73.328	32.551	30.048	62.599
Letras Hipotecárias	36	217	253	48	254	302
Letras de Crédito Imobiliário	10.044	1.306	11.350	8.259	477	8.736
Letras Agronegócios	769	1.492	2.261	2.660	114	2.774
Letras Financeiras	566	5.089	5.655	-	2.466	2.466
Financiamento à Importação e à Exportação	15.887	2.530	18.417	11.815	3.640	15.455
Repasses no país	10.586	23.691	34.277	9.769	21.920	31.689
Outros	1.115	-	1.115	-	1.177	1.177
Participação Itaúsa		36,65%			36,57%	
Mercado Aberto	39.969	32.551	72.519	44.782	28.239	73.020
Mercados Interbancários	14.295	12.580	26.876	11.905	10.989	22.894

Notas Explicativas

As captações para financiamentos à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	5,50% a 17,35%	0,35% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	102,5% a 112,75% CDI	-
Letras Agronegócios	20% a 100% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	1,78% a 105,25% CDI	1,25% a 12,75%
Repasses no país	1,50% a 15%	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos à vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a comprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 5,50% a 17,35%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 a Itaúsa efetuou o pagamento no valor de R\$ 416, referente amortização da primeira parcela.

c) Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada	9.154	28.673	37.827	979	33.508	34.487
Obrigações por emissão de debêntures	29	1.013	1.042	293	1.091	1.384
Obrigações por TVM no exterior	5.844	5.139	10.983	2.659	5.983	8.642
Total	15.027	34.825	49.852	3.931	40.582	44.513
		36,65%			36,57%	
Participação Itaúsa	5.508	12.764	18.271	1.438	14.842	16.280
Debêntures Itaúsa	357	350	707	365	700	1.065
Total	5.865	13.114	18.978	1.803	15.542	17.345

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,35%	3,04% a 10%
Obrigações por emissão de debêntures	100% CDI +0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,04% a 9,5%	1,16% a 11,00%

IGPM é índice de inflação.

Notas Explicativas

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2011	31/12/2010
Financeiros	14.384	15.831
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	5.091	6.606
Operações de Seguros e Resseguros	1.339	1.131
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	4.447	4.138
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	610	686
Serviços Prestados a Receber	877	417
Negociação e Intermediação de Valores	1.069	1.953
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	615	652
Valores a Receber do FCVS (Fundo para Compensação de Variações Salariais)	232	211
Operações sem Características de Concessão de Crédito	104	36
Não Financeiros	3.563	2.238
Despesas Antecipadas (Nota 29)	639	768
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	664	701
Diversos no País	564	597
Diversos no Exterior	68	71
Outros	1.628	101

b) Outros passivos

	30/06/2011	31/12/2010
Financeiros	13.405	14.999
Operações com Cartões de Crédito	11.803	13.645
Carteira de Câmbio	215	117
Negociação e Intermediação de Valores	1.255	1.133
Obrigações <i>Leasing</i> Financeiro	103	77
Recursos de Consorciados	29	27
Não Financeiros	13.768	8.532
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.440	256
Obrigações Empresas Industriais	2.393	2.056
Obrigações por Convênios/Serviços de Pagamentos	600	475
Provisão de Pessoal	598	497
Ordens de Pagamento	1.006	803
Sociais e Estatutárias	1.710	1.474
Credores Diversos - País e Exterior	1.384	844
Credores por Recursos a Liberar	393	324
Relativas a Operações de Seguros	528	513
Outros	1.716	1.290

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros	11.541	2.843	14.384	10.828	4.896	15.724
Outros Ativos não Financeiros	3.002	561	3.563	1.488	857	2.345
Outros Passivos Financeiros	13.371	34	13.405	14.960	39	14.999
Outros Passivos não Financeiros	13.552	216	13.768	8.449	83	8.532

Notas Explicativas

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 29/04/2011, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social no montante de R\$ 412, mediante emissão de 41.200.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 15.830.895 ordinárias e 25.369.105 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em decorrência do item precedente, a Assembléia Geral Extraordinária de 30/06/2011 homologou a elevação do Capital Social para R\$ 13.678 representado por 4.415.481.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.696.626.868 ordinárias e 2.718.854.721 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início e final do exercício de 2010 e 30 de junho de 2011:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	-	1.382.038	1.382.038	15
(-) Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	(15)
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Em Circulação em 30/06/2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,014 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 10/11/2008.

I. Cálculo

	<i>(Em Milhões de Reais)</i>	
	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Líquido	2.376	1.731 (1)
Ajustes		
(-) Reserva Legal	(119)	(86)
Base de Cálculo do Dividendo	2.257	1.645
Dividendo Mínimo Obrigatório	564	411
		25,00%
(+) Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-	-
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Após a Realização da Reserva de Lucros a Realizar	564	411
		25,00%
Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	291
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	564	702
		42,66%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRRF	Líquido
Provisionados	642	(78)	564
Dividendos	123	-	123
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 01/07/2011	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação a ser paga em 01/10/2011	62	-	62
Juros sobre o Capital Próprio	519	(78)	441
1 parcela de R\$ 0,078 por ação a ser paga em 22/08/2011	344	(51)	293
Complementar a ser declarado	175	(27)	148
Total em 30/06/2011 - R\$ 0,1279 líquido por ação	642	(78)	564
Total em 30/06/2010 - R\$ 0,1604 líquido por ação	804	(102)	702

(1) O cálculo do dividendo apresentado em 2010 está sendo apresentado em BRGAAP anterior em valores calculados à época, considerando ter sido a base para pagamento.

c) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

Notas Explicativas

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/06/2011	31/12/2010
RESERVAS DE LUCROS	14.135	11.503
Legal	1.896	1.777
Estatutárias	12.239	9.726
Equalização de Dividendos	4.326	3.636
Reforço do Capital de Giro	3.979	3.053
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.934	3.037
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	445
Outras Reservas	191	1.181
Total das Reservas na Controladora	14.326	13.129

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, da proporção de contrapartida em opções bonificadas, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o “período de carência” e os “períodos de suspensão” para o exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Notas Explicativas

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações ("Instrumentos Baseados em Ações"). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações é outorgada opções bonificadas de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções Bonificadas e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Notas Explicativas

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Quantidade de Ações				Saldo a Exercer em 30/06/2011	Saldo a Exercer em 30/06/2010	
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior 31/12/2010	Outorgadas	Exercidas	Canceladas			
Opções Simples													
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	273.943	-	-	438.999	1.579.067
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	12.650	-	12.650	-	-	-	12.650
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	2.877.600	-	1.362.125	-	-	1.515.475	4.273.630
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	27.500	-	27.500	-	-	-	27.500
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	-	11.357	-
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	16.389	-	16.389	-	-	-	203.402
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	75.901	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-	-	29.518
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	-	-	52.710	-	-	-	-	52.710	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	-	-	12.650	-	12.650	-	-	-	25.300
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,20	37,51	8.025.250	-	938.725	-	-	7.086.525	9.300.284
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	-	15.867	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	-	874.167	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	-	29.518	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	-	25.301	25.301
Total de Opções a Exercer					20,79	37,22	12.875.221	-	2.643.982	105.419	-	10.125.820	16.612.073
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	-	52.707	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	-	21.083	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	106.425	-	7.933.175	9.177.025
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	30.649	-	-	-	-	30.649	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	-	29.514	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	-	25.300	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	-	29.551	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	1.427.659	-	9.418.828	11.485.485
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	-	20.625	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	-	25.300	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,46	36,57	15.067.330	-	94.850	83.490	-	14.888.990	16.749.610
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	74.386	-	6.052.223	6.258.877
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	12.082	-	1.194.258	1.290.289
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	-	9.863.110	-	-	9.863.110	-
Total de Opções em Aberto					33,50	36,87	42.242.233	9.863.110	602.225	1.704.042	-	49.799.076	45.409.778
Total de Opções Simples					23,15	37,16	55.117.454	9.863.110	3.246.207	1.809.461	-	59.924.896	62.021.851
Opções dos Sócios													
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906	420.451
Total de Opções a Exercer					37,22	37,22	416.487	-	376.581	-	-	39.906	420.451
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	-	490.624	-	-	11.687	478.937	497.496
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023	754.840
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	-	329.181	-	-	12.577	316.604	339.717
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	-	415.930	-	-	16.016	399.914	419.893
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	376.916	-	-	33.483	343.433	-
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711	-
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717	-
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	-	490.126	-	-	22.255	467.871	496.998
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	-	1.940.987	-	-	61.009	1.879.978	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	-	1.585.541	-	10.121	1.575.420	-
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604	754.086
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	376.876	-	-	33.483	343.393	-
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152	-
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712	-
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	-	1.940.951	-	-	62.161	1.878.790	-
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	-	1.585.497	-	10.360	1.575.137	-
Total de Opções em Aberto					-	-	8.789.308	3.171.038	-	390.585	-	11.569.761	3.455.395
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	3.171.038	376.581	-	-	11.609.667	3.875.846
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					23,15	37,16	64.323.249	13.034.148	3.622.788	2.200.046	-	71.534.563	65.897.697

Notas Explicativas

II.III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Simples								
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	5,80%	30,53%
Opções Bonificadas (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	31,83	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R\$ 80 (R\$ 56 de 01/01 a 30/06/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	57
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(51)
Efeito na Venda (*)	6

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Notas Explicativas

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Venc.to.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos			
					dez/10	jun/11			2007	2008	2009		2010	jun/11	
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	40.714	48.856	11,42	1	1	0	0	0	0	0	
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.112.699	2.535.227	10,36	25	16	9	0	0	0	0	
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.443.506	2.932.193	8,47	19	0	12	7	(3)	0	0	
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	1.652.752	1.983.285	4,64	9	0	0	2	(4)	5	1	
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.220.697	1.464.818	8,21	9	0	0	0	0	2	1	
Soma	11.976.996				7.470.368	8.964.379		63	17	21	9		8	1	
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%		96,63%		96,63%
Valor apurado								61	16 (1)	20 (2)	9		7 (5)	1 (6)	7 (7)

(1) Valor contabilizado contra lucros acumulados no balanço de transição;

(2) Valor contabilizado contra o resultado de 2008;

(3) Valor contabilizado contra o resultado de 2009, na antiga Duratex S.A.;

(4) Valor contabilizado contra o resultado do 2º semestre de 2009;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2010;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado no 2º trimestre de 2011.

(7) Valor a ser contabilizado contra resultado até dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possuía 1.199.486 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itautec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itautec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (hum) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Notas Explicativas

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08/02/06), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência de 2010 e 2011.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a empresa utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). Neste exercício de 2011 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 30/06/2011.

d) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não produziu quaisquer efeitos a serem reconhecidos nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS****a) Outras Receitas Operacionais**

	2º Trimestre de 2011	01/01 a 31/06/2011	2º Trimestre de 2010	01/01 a 31/06/2010
Recuperação de Encargos e Despesas	28	40	13	39
Reversão de Provisões Operacionais	326	414	50	177
Outras Rendas Operacionais	104	223	51	149
Lucros na Alienação de Investimentos	4	6	-	4
Lucros na Alienação de Valores e Bens	5	11	53	88
Ganhos de Capital	2	5	2	3
Reversão de Provisões não Operacionais	4	14	11	31
Outras	107	113	-	-
Total	580	826	180	491

b) Outras Despesas Operacionais

	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 31/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 31/06/2010
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(166)	(378)	(146)	(259)
Liquidação de Contingências	(97)	(161)	(45)	(56)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(65)	(122)	(60)	(103)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(19)	(32)	(61)	(119)
Reembolso Relativo à Aquisições	(7)	(40)	(7)	(24)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(231)	(435)	(195)	(369)
Outros	(477)	(803)	(629)	(1.141)
Total	(1.062)	(1.971)	(1.143)	(2.071)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 31/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 31/06/2010
Despesas de Pessoal	(1.270)	(2.498)	(1.181)	(2.284)
Remuneração	(734)	(1.481)	(774)	(1.420)
Encargos	(237)	(461)	(204)	(398)
Benefícios Sociais	(157)	(309)	(146)	(277)
Desligamentos	(105)	(179)	(72)	(141)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(10)	(22)	26	(14)
Plano de Opção de Ações	(1)	(2)	8	(2)
Treinamento	(26)	(44)	(19)	(32)
Despesas Administrativas	(1.122)	(2.184)	(1.088)	(2.007)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(296)	(570)	(253)	(482)
Serviços de Terceiros	(277)	(526)	(236)	(448)
Despesas com Serviços Financeiros	(34)	(84)	(50)	(87)
Materiais	(41)	(80)	(39)	(69)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(84)	(164)	(121)	(194)
Transportes	(53)	(104)	(52)	(100)
Concessionárias de Serviços Públicos	(27)	(56)	(26)	(52)
Despesas de Aluguéis	(85)	(168)	(74)	(150)
Instalações	(86)	(153)	(112)	(183)
Segurança	(44)	(88)	(40)	(76)
Despesas de Viagem	(17)	(32)	(15)	(25)
Outros	(78)	(159)	(70)	(141)
Depreciação	(101)	(200)	(111)	(198)
Amortização	(194)	(289)	(88)	(175)
Despesas de Comercialização de Seguros	(373)	(469)	(97)	(203)
Total	(3.060)	(5.640)	(2.565)	(4.867)

Notas Explicativas

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2º Trimestre de 2011	01/01 a 30/06/2011	2º Trimestre de 2010	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.513	3.542	1.602	3.179
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(579)	(1.387)	(642)	(1.270)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões Permanentes	314	460	344	533
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, Líquido	(55)	(27)	16	30
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(108)	(167)	(19)	33
Juros Sobre o Capital Próprio	207	365	249	330
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	44	70	31	62
Outras (*)	226	219	67	77
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(265)	(927)	(298)	(737)

(*) Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2011
Refletido no Resultado	9.814	(1.974)	2.404	10.244
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.336	(275)	436	1.497
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.814	(789)	1.232	4.257
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros	94	(87)	8	15
Derivativos				
Ágio na Aquisição do Investimento	2.251	(215)	1	2.037
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	499	(4)	18	513
Provisões para Passivos Contingentes	925	(181)	268	1.012
Ações Cíveis	378	(58)	86	406
Ações Trabalhistas	366	(132)	125	359
Fiscais e Previdenciárias	162	19	57	238
Outros	19	(10)	-	9
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	17	(16)	1	2
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	87	2	1	90
Outros	791	(409)	439	821
Refletida no Patrimônio Líquido	77	(61)	22	38
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	49	(33)	-	16
Outros	28	(28)	22	22
Total (*)	9.891	(2.035)	2.426	10.282

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 7.771 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 2.966 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

Notas Explicativas

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2011
Refletido no Resultado	4.758	(320)	537	4.975
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.011	(398)	-	2.613
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	15	2	359	376
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	15	2	3	20
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	131	(131)	4	4
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	256	(16)	56	296
Ganho de Capital - Operação Redecard	137	(137)	47	47
Planos de Pensão	220	(19)	-	201
Amortização de Deságio	818	1	1	820
Outros	155	376	67	598
Refletida no Patrimônio Líquido	602	(109)	9	502
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	266	(87)	9	188
Outros	336	(22)	-	314
Total	5.360	(429)	546	5.477

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	2.529	410	2.939	(715)	2.224
2012	1.754	719	2.473	(874)	1.599
2013	1.640	317	1.957	(998)	959
2014	922	25	947	(659)	288
2015	1.034	15	1.049	(437)	612
Acima de 2015	946	9	955	(1.829)	(874)
Total	8.825	1.495	10.320	(5.512)	4.808
Valor Presente (*)	7.782	1.384	9.166	(4.807)	4.359

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

Notas Explicativas

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante o período, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores				
Lucro Líquido	1.116	2.376	1.155	2.176
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(27)	(27)	(27)	(27)
Subtotal	1.089	2.349	1.128	2.149
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(17)	(17)	(17)
Subtotal	1.072	2.332	1.111	2.132
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	412	896	427	819
Aos Detentores de Ações Preferenciais	660	1.436	684	1.313
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	429	913	444	836
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	687	1.463	711	1.340
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	1.686.072.938	1.683.434.456	1.673.623.399	1.671.830.256
Ações Preferenciais	2.701.941.984	2.697.713.800	2.681.692.224	2.678.743.876
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,25	0,54	0,27	0,50
Ações Preferenciais	0,25	0,54	0,27	0,50

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra o valor justo estimado para os ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, incluindo os ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	30/06/2010	Amortizações	30/06/2011
Ágio Apurado na aquisição (I)	877		797
Total alocado a Valor Justo dos ativos e passivos (II)	13	(13)	-
Alocação de Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	470	(93)	377
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	163	(22)	141
Marca Unibanco	11	(5)	6
Outros	5	(1)	4
Total alocado a Ativos Intangíveis amortizáveis (III)	649	(121)	528
Alocação de Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total alocado a Ativos Intangíveis não Amortizáveis (IV)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (V = III + IV)	720	(121)	599
Passivo fiscal Diferido (VI)	(293)	53	(240)
Total ágio alocado (VII = II + V + VI)	440	(80)	360
Ágio - Goodwill (VIII = I - VII)	437	-	437

A diferença obtida no valor do ágio, líquida das correspondentes apropriações e amortizações referentes ao período foram refletidas no resultado do 1º semestre de 2011, conforme segue:

Efeito no resultado	30/06/2011
Ágio apurado em 2010	809
Ágio recalculado em 2011	877
Complemento do ágio	68
Apropriações do ágio alocado:	
Ativos e passivos a valor justo	(8)
Amortização do Intangível	(72)
	(80)
Total reconhecido no resultado	(12)

Os valores justos de ativos e passivos financeiros foram reconhecidos totalmente no resultado do período. Os ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pela empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido);

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, inclusive autopatrocinados e aqueles que tenham optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

Notas Explicativas

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	30/06/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	30/06/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,56 % a.a.	10,56 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos em 30 de junho 2011 e 31 de dezembro 2010 e a meta de alocação para 2011, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2011
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	
Títulos de Renda Fixa	10.421	10.035	87,68%	87,50%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.069	1.026	8,99%	8,95%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	11	0,12%	0,10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	4	4	0,03%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	349	369	2,94%	3,22%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	24	23	0,20%	0,20%	0% a 5%
Outros Realizáveis	5	-	0,04%	0,00%	0% a 3%
Total	11.886	11.468	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 654 (R\$ 562 em 31/12/2010) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 299 (R\$ 309 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas de retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	30/06/2011	31/12/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.886	11.468
2- Passivos Atuariais	(10.234)	(9.997)
3- Superveniência (1-2)	1.652	1.471
4- Restrição do Ativo (*)	(1.331)	(1.227)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	321	244
Valor Reconhecido no Ativo	443	367
Valor Reconhecido no Passivo	(122)	(123)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	30/06/2011	31/12/2010
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	118	89
Valor Reconhecido no Ativo	162	134
Valor Reconhecido no Passivo	(45)	(45)

(*) Considera participação no IUH de 36,65% e 36,57% para 30/06/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 30/06/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.468	(9.997)	1.471	15.045	(11.354)	3.691
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	685	-	685	1.368	-	1.368
Custo Serviço Corrente	-	(47)	(47)	-	(87)	(87)
Custo dos Juros	-	(473)	(473)	-	(953)	(953)
Benefícios Pagos	(285)	285	-	(578)	578	-
Contribuições Patrocinadora	16	-	16	42	-	42
Contribuições Participantes	5	-	5	41	-	41
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	(3)	(2)	(5)	697	(891)	(194)
Valor Presente Final do Período	11.886	(10.234)	1.652	11.468	(9.997)	1.471

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaúbanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaúbanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaúbanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaúbanco CD.

(2) Os ganhos apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 682 (R\$ 632 31.12.2010)

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de junho:

	2011	2010
Custo do Serviço Corrente	(47)	(44)
Custo de Juros	(473)	(506)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	685	755
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeito na restrição do Ativo	(109)	1.987
Ganho/(Perda) no Exercício	(5)	(27)
Contribuições Participantes	5	17
Total reconhecido no Resultado do Semestre	56	(255)

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	2011	2010
Total reconhecido no Resultado do Semestre (*)	21	(93)

(*) Considera participação no IUH de 36,65% e 36,66% para 30/06/2011 e 30/06/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 5 (R\$ 6 em 30/06/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 30/06/2011 no ativo é de R\$ 576 (R\$ 567 em 31/12/2010).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de junho:

	2011	2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.477
Aportes/Contribuições	(77)	(45)
Ganho/Perda Atuarial	8	9
Efeito na Restrição do Ativo	82	(451)
Total reconhecido no Resultado do Semestre	13	990

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

	2011	2010
Total reconhecido no Resultado do Semestre (*)	9	373

(*) Considera participação no IUH de 36,65% e 36,66% para 30/06/2011 e 30/06/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 38 (R\$ 25 em 30/06/2010) sendo R\$ 31 (R\$ 18 em 30/06/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
No Início do período	(105)	(100)
Custo de Juros	(5)	(10)
Benefícios Pagos	3	5
No Final do período	(107)	(105)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do período (*)	(39)	(38)
--	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,65% e 36,57% para 30/06/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

Notas Explicativas

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

Notas Explicativas

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Vida em Grupo	40,4	40,6	11,3	13,0
Garantia Estendida	20,6	18,7	65,8	69,3
Acidentes Pessoais Coletivo	8,1	8,8	46,6	40,5
Prestamista	23,0	26,1	26,0	28,1
DPVAT	86,9	87,5	1,5	1,4
Riscos Diversos	4,0	16,5	59,2	46,0
Acidentes Pessoais Individual	23,9	29,9	13,8	16,9
Compreensivo Empresarial	49,4	45,0	14,9	25,4
Transporte Nacional	59,2	65,2	20,0	14,8
R.C Geral	30,9	54,7	6,9	13,1

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

Notas Explicativas

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2010
VGBL	2.382	4.522	1.523	3.012
Garantia Estendida	327	673	289	507
PGBL	314	655	339	629
Vida	254	540	277	578
Acidentes Pessoais	154	322	138	304
Prestamista	124	227	91	191
DPVAT	78	176	59	182
Tradicionalis	100	170	32	180
Demais Ramos	136	752	439	710
Total	3.869	8.037	3.187	6.293
	36,65%		36,66%	
Participação Itaúsa	1.418	2.946	1.168	2.307

(*) Para 2011, os ramos já estão adequados à circular Susep nº 395 de 03/12/2009.

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;

Notas Explicativas

- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados** - IBNR - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			31/12/2010	
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Total
Saldo Inicial	5.527	18.434	32.903	56.864	48.297
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	7.228	815	4.494	12.537	20.457
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(6.866)	-	-	(6.866)	(11.889)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.305)	(60)	(3)	(1.368)	(1.598)
(+) Sinistros Avisados	1.086	-	-	1.086	2.029
(-) Resgates	(2)	(484)	(1.768)	(2.254)	(4.199)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	129	6	135	(41)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	782	1.412	2.195	3.847
(+/-) Outras (constituição/reversão)	435	90	(74)	451	(40)
Provisão de Seguros e Previdência Privada	6.104	19.706	36.970	62.780	56.864
		36,65%			36,57%
Participação Itaúsa	2.237	7.222	13.550	23.010	20.789

De acordo com a nota 29f, foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 8 em 2010.

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	20	30	55.344	50.070	55.364	50.100
Prêmios não Ganhos	2.824	2.465	-	-	2.824	2.465
Sinistros a Liquidar	2.253	2.163	-	-	2.253	2.163
Excedente Financeiro	2	2	469	458	471	460
IBNR	698	587	11	9	709	596
Insuficiência de Prêmios	287	273	-	-	287	273
Insuficiência de Contribuição	-	-	670	602	670	602
Matemática Para Resgates	-	-	-	-	-	-
Contingência de Sorteio	-	-	-	-	-	-
Outras	20	7	182	198	202	205
TOTAL	6.104	5.527	56.676	51.337	62.780	56.864
	36,65%	36,57%	36,65%	36,57%	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	2.237	2.021	20.772	18.767	23.010	20.789

Notas Explicativas

d) Despesa de Comercialização Diferida

As despesas de comercializações diferidas, basicamente, estão representadas pelas comissões retidas diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, conforme normas de cálculos vigentes. Abaixo segue a movimentação de saldos de despesas com comissões diferidas:

	Seguro
Saldo em 01/01/2011	447
Aquisições do Período	372
Amortizações do Período	(82)
Saldo em 30/06/2011	737
Saldo a amortizar até 12 meses	737
Saldo a amortizar após 12 meses	-
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11	270
Saldo em 01/01/2010	472
Aquisições do Período	1.418
Amortizações do Período	(1.443)
Saldo em 31/12/2010	447
Saldo a amortizar até 12 meses	447
Saldo a amortizar após 12 meses	-
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	163

A Circular Susep 424/2011, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores de Despesas de Comercialização Diferida de Resseguros, sofreram reclassificações no balanço. Esses valores estão expressos no item k) Resseguro.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Notas Explicativas

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 30/06/2011:

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e Não Avisados - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros								2.411
Operações DPVAT								282
Resseguro, Retrocessão e Outras Estimativas								269
Total da Provisão								2.962
								36,65%
Participação Itaúsa								1.086
Data de Ocorrência - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
No final do ano de divulgação	876	1.812	1.210	2.096	1.438	1.734	1.709	-
1 ano depois	876	1.804	1.235	2.236	1.517	1.729		-
2 anos depois	914	1.800	1.278	2.180	1.477	-		-
3 anos depois	886	1.917	1.267	2.159	-	-		-
4 anos depois	904	1.885	1.262	-	-	-		-
5 anos depois	902	1.878	-	-	-	-		-
6 anos depois	891	-	-					-
Estimativa corrente	891	1.878	1.262	2.159	1.477	1.729	1.709	11.105
Pagamentos acumulados até a data base	820	1.796	1.178	2.009	1.266	1.237	703	9.009
Passivo reconhecido no balanço	71	82	84	150	211	492	1.006	2.096
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								315
Total do passivo incluso no balanço								2.411
								36,65%
Participação Itaúsa								884

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R\$ 24 mm nas provisões técnicas. O complemento requerido foi realizado em alguns planos tradicionais de previdência privada em fase de acumulação, representando apenas 0,6% de acréscimo nas provisões técnicas destes planos. Foram efetuados testes de sensibilidade nas estimativas correntes com variação positiva e negativa de 0,1% na taxa de juros livre de risco. O cenário com variação negativa de 0,1% apontou a necessidade de um complemento de R\$ 9,5 mm. O cenário com variação positiva de 0,1% apontou R\$ 15 mm.

As Premissas utilizadas foram:

- Taxa de juros livre de risco: obtida da curva de juros extrapolada dos títulos públicos, considerados sem risco de crédito, disponíveis no mercado financeiro brasileiro;
- Mortalidade, cancelamento, resgates parciais e conversões em renda são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representa as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;
- Os critérios de agrupamento são baseados em homogeneidade de riscos.

Notas Explicativas

g) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na seguradora líder dos consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme exemplo abaixo:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2011			30/06/2010		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS	1.710	1.294	75,7	1.562	1.164	74,5
PESSOAS	1.290	1.281	99,3	1.353	1.344	99,3
Total	3.000	2.575		2.915	2.508	85,9
		36,65%			36,57%	
Participação Itaúsa	1.100	944		1.066	917	

h) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- **Controle Centralizado do Risco de Subscrição**

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

i) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição; e
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

Notas Explicativas

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos; e
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis;
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora; e
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição; e
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

Notas Explicativas

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos; e
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

j) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

- Seguros

Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hedge contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

Notas Explicativas

- Previdência

Os produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

É utilizado Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 29% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

k) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Notas Explicativas

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Movimentação das Operações com Resseguradoras	Créditos		Débitos	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	176	254	107	302
Contratos Emitidos	-	-	402	561
Sinistros Recuperados	11	30	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(9)	(83)	(241)	(754)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(5)	(3)
Outras Constituições / Reversões	3	(25)	-	-
Saldo Final	181	176	263	106
	36,65%	36,57%	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	66	64	96	39

Movimentação das Provisões Técnicas com Resseguros	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	1.185	886
Sinistros Avisados	307	714
Sinistros Pagos	(267)	(391)
Outras Constituições / Reversões	18	(25)
Saldo Final	1.243	1.184
	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	456	433

Movimentação de Resseguro Diferido	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	330	456
Prêmios Diferidos	94	(126)
Comissões Diferidos	(6)	-
Saldo Final	418	330
	36,65%	36,57%
Participação Itaúsa	153	121

I) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

Notas Explicativas

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

m) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	39.485	39.485	35.498	35.498
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.601	5.602	5.425	5.425
Aplicações no Mercado Aberto	35.570	35.570	32.786	32.786
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	42.719	42.719	42.619	42.619
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	75	75	112	112
Derivativos (*)	3.527	3.527	2.846	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	15.521	15.521	16.803	16.803
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.151	1.359	1.159	1.380
Operações de Crédito	108.340	108.380	100.756	100.826
Outros Ativos Financeiros	11.655	11.655	15.724	15.724
Passivos Financeiros				
Depósitos	76.554	76.575	74.129	27.100
Captação no Mercado Aberto	72.496	72.496	73.020	73.020
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	266	266	488	488
Derivativos (*)	2.500	2.500	2.077	2.077
Recursos de Mercados Interbancários	26.876	26.849	22.894	22.873
Recursos de Mercados Institucionais	18.978	18.187	17.345	16.245
Passivos de Planos de Capitalização	1.014	1.014	952	952
Outros Passivos Financeiros	13.405	13.405	14.999	14.999
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial				
Cartas de Crédito em Aberto (standby)	218	168	276	155
Garantias Prestadas	15.595	46	13.758	41

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já refletem a participação da Itaúsa

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito (incluindo Arrendamento Mercantil) - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários, Passivos Financeiros Institucionais, Provisões de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados à vista** - O valor justo dos depósitos à vista e de outros passivos financeiros é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil.

Notas Explicativas

- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 6 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Notas Explicativas

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, como os CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2011 e 2010 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.319	-	1.319	-	1.748	-	1.748
Títulos públicos do governo brasileiro	90.738	210	-	90.948	86.422	277	-	86.699
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	1.668	-	-	1.668	666	-	-	666
Títulos públicos - outros países	1.421	88	-	1.509	9.036	317	-	9.353
Argentina	207	-	-	207	293	-	-	293
Estados Unidos	1.122	-	-	1.122	8.714	-	-	8.714
México	92	-	-	92	29	-	-	29
Chile	-	66	-	66	-	248	-	248
Uruguai	-	15	-	15	-	24	-	24
Rússia	-	-	-	-	-	45	-	45
Outros	-	7	-	7	-	-	-	-
Títulos de empresas	5.127	14.694	592	20.413	4.321	12.551	159	17.031
Ações negociáveis	2.653	50	-	2.703	3.208	40	-	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	33	591	624	-	439	157	596
Certificado de Depósito Bancário	-	9.117	-	9.117	-	8.932	-	8.932
Debêntures	2.474	860	-	3.334	1.112	1.688	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.570	-	1.570	-	1.452	-	1.452
Notas Promissórias	-	-	12	12	-	-	-	-
Outros	-	3.064	(11)	3.053	1	-	2	3
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	98.954	16.311	592	115.857	100.445	14.893	159	115.497
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	36.267	5.978	217	42.462	36.736	5.447	58	42.241
Empresas Industriais	-	-	-	257	-	378	-	378
TOTAL	36.267	5.978	217	42.719	36.736	5.825	58	42.619
Fundos de investimento	-	722	-	722	-	770	-	770
Títulos públicos do governo brasileiro	6.197	4	301	6.502	9.753	6	320	10.079
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	3.335	-	-	3.335	4.720	-	-	4.720
Títulos públicos - outros países	167	5.701	-	5.868	679	3.880	-	4.559
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-
Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	15	-	-	15	-	-	-	-
México	152	-	-	152	679	-	-	679
Dinamarca	-	3.270	-	3.270	-	2.016	-	2.016
Espanha	-	782	-	782	-	734	-	734
Coréia	-	295	-	295	-	236	-	236
Chile	-	580	-	580	-	453	-	453
Paraguai	-	387	-	387	-	256	-	256
Uruguai	-	373	-	373	-	185	-	185
Outros	-	14	-	14	-	-	-	-
Títulos de empresas	4.122	18.427	1.120	23.669	3.746	19.338	1.327	24.411
Ações negociáveis	1.557	2.629	241	4.427	624	4.500	-	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.173	42	7.215	-	6.913	62	6.975
Certificado de Depósito Bancário	-	525	-	525	-	559	-	559
Debêntures	2.565	4.043	-	6.608	3.122	3.512	-	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	-	3.919	-	3.919	-	3.843	-	3.843
Notas Promissórias	-	-	673	673	-	-	1.265	1.265
Outros	-	138	164	302	-	11	-	11
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13.821	24.854	1.421	40.096	18.898	23.994	1.647	44.539
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	5.065	9.109	521	14.695	6.912	8.775	602	16.289
Empresas Industriais	-	-	-	826	-	514	-	514
TOTAL	5.065	9.109	521	15.521	6.912	9.289	602	16.803
Títulos públicos do governo brasileiro	-	204	-	204	306	-	-	306
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	204	-	204	306	-	-	306
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	-	75	-	75	112	-	-	112
TOTAL	-	75	-	75	112	-	-	112
Notas Estruturadas	-	(727)	-	(727)	-	(1.335)	-	(1.335)
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	(727)	-	(727)	-	(1.335)	-	(1.335)
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	-	(266)	-	(266)	-	(488)	-	(488)
Empresas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	(266)	-	(266)	-	(488)	-	(488)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2011 e 2010 para nossos Derivativos:

	30/06/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.865	43	1.908	-	1.696	56	1.752
Termo	-	3.185	-	3.185	-	2.096	-	2.096
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.489	17	3.506	-	2.932	5	2.937
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	377	203	580	-	-	261	261
Futuros	21	(4)	(5)	12	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	201	224	425	-	568	163	731
Derivativos - Ativo	21	9.113	482	9.616	-	7.292	485	7.777
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	8	3.340	177	3.524	-	2.667	177	2.844
Empresas Industriais	-	-	3	3	-	2	-	2
TOTAL	8	3.340	180	3.527	-	2.669	177	2.846
Opções	-	(1.558)	(155)	(1.713)	-	(1.899)	(188)	(2.087)
Termo	-	(2.622)	-	(2.622)	-	(1.191)	-	(1.191)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.160)	(12)	(2.172)	-	(2.007)	(6)	(2.013)
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	(7)	(89)	(96)	-	(10)	(119)	(129)
Outros Derivativos	-	(202)	-	(202)	(46)	(183)	(22)	(251)
Derivativos - Passivo	-	(6.549)	(256)	(6.805)	(46)	(5.290)	(335)	(5.671)
Participação Itaúsa - 36,65% em Jun/11 e 36,57% em Dez/10	-	(2.400)	(94)	(2.494)	(17)	(1.935)	(123)	(2.074)
Empresas Industriais	-	(6)	-	(6)	-	(3)	-	(3)
TOTAL	-	(2.406)	(94)	(2.500)	(17)	(1.938)	(123)	(2.077)

Notas Explicativas

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2011 para nossos ativos financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	29	1.134	(730)	-	592	1
Títulos de empresas	159	29	1.134	(730)	-	592	1
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	27	562	(155)	-	591	1
Notas Promissórias	-	1	409	(398)	-	12	-
Outros	2	1	163	(177)	-	(11)	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	130	2.323	(2.600)	(79)	1.421	(117)
Títulos públicos do governo brasileiro	320	7	38	(64)	-	301	(96)
Títulos de empresas	1.327	123	2.285	(2.536)	(79)	1.120	(117)
Ações Negociáveis	-	14	227	-	-	241	14
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	56	1.106	(1.103)	(79)	42	(131)
Notas Promissórias	1.265	50	791	(1.433)	-	673	-
Outros	-	3	161	-	-	164	-
Participação Itaúsa	36,57% 660	58	1.267	(1.220)	36,65% (29)	738	(43)
	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	(478)	475	(222)	-	482	(29)
Opções	56	5	(18)	(45)	-	43	13
Swap - Diferencial a receber	5	-	12	6	-	17	5
Derivativos de Crédito	261	21	(79)	(183)	-	203	13
Futuros	-	-	(5)	-	-	(5)	(4)
Outros Derivativos	163	(504)	565	-	-	224	(56)
Derivativos - Passivo	(335)	80	(157)	156	-	(256)	54
Opções	(188)	20	(152)	165	-	(155)	49
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	5	-	(11)	-	(12)	(10)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	(20)	-	(89)	15
Futuros	(9)	-	-	9	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
Participação Itaúsa	36,57% 55	(146)	117	(24)	36,65% -	83	20

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem a *swaps plain-vanilla* líquidos de títulos cujo vencimentos são superiores as curvas verificadas no mercado.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2011 e 2010.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Notas Explicativas

NOTA 31 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 283, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Notas Explicativas

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 30/06/2011				01/01 a 30/06/2010
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689	2.094
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(113)	(406)	-	(519)	(238)
Subtotal	995	1.112	63	2.170	1.856
Atualização/Encargos	19	22	-	41	37
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>248</u>	<u>149</u>	<u>(4)</u>	<u>393</u>	<u>365</u>
Constituição	323	182	1	506	412
Reversão	(75)	(33)	(5)	(113)	(47)
Pagamento	(202)	(122)	-	(324)	(183)
Subtotal	1.060	1.161	59	2.280	2.075
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	82	398	-	480	252
Saldo Final	1.142	1.559	59	2.760	2.327
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010	568	563	-	1.131	1.070
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2011	657	597	-	1.254	861

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/06/2011		
	Obrigações Legais	Contingências	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.910	982	2.892
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(16)	(16)
Subtotal	1.910	966	2.876
Atualização/Encargos	93	16	109
Movimentação do Período Refletida no Resultado	114	57	171
Constituição	123	83	206
Reversão	(9)	(26)	(35)
Pagamento	(10)	(26)	(36)
Subtotal	2.107	1.013	3.120
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	4	4
Saldo Final - 30/06/2011	2.107	1.017	3.124

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/06/2010		
	Obrigações Legais	Contingências	Total
Saldo Inicial - 31/12/2009	2.408	622	3.030
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(13)	(13)
Subtotal	2.408	609	3.017
Atualização/Encargos	56	10	66
Movimentação do Período Refletida no Resultado	40	49	89
Constituição	177	111	288
Reversão	(137)	(62)	(199)
Pagamento	(667)	(30)	(697)
Subtotal	1.837	638	2.475
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	17	17
Saldo Final - 30/06/2010	1.837	655	2.492

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/06/2011		
	Obrigações Legais	Contingências	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.368	438	1.806
Apropriação de Rendas	35	22	57
Movimentação do Período	21	70	91
Depositados	33	80	113
Levantamentos Efetuados	(4)	(10)	(14)
Conversão em Renda	(8)	-	(8)
Saldo Final - 30/06/2011	1.424	530	1.954

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/06/2010		
	Obrigações Legais	Contingências	Total
Saldo Inicial - 31/12/2009	1.250	623	1.873
Apropriação de Rendas	37	15	52
Movimentação do Período	66	(346)	(272)
Depositados	69	39	108
Levantamentos Efetuados	(0)	(380)	(380)
Conversão em Renda	(2)	(5)	(8)
Saldo Final - 30/06/2010	1.353	291	1.645

Notas Explicativas

As principais discussões relativas às Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 941: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 368.
- CSLL - Isonomia – R\$ 394: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 77.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 174: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 174.
- PIS – R\$ 137 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 36.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.883, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 309: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 241: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 190: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 190: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 133: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 126: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 615, representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

Notas Explicativas

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados os montantes abaixo:

	30/06/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	580	578
Depósitos em Garantia	1.239	1.201

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Deliberação nº 594, de 15/09/2009, da CVM.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Conselho de Administração para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec que atuam no área industrial e no área financeira temos controle conjunto no Itaú Unibanco Holding.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detinha uma participação de 36,65%, em 30 de junho de 2011 (36,57% em 31/12/2010).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

Notas Explicativas

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2011	760.516	6.646	1.112	641	289.544
	2010	625.100	5.965	1.245	615	239.424
Receitas Operacionais (2)	2011	60.091	1.411	690	369	26.893
	2010	49.680	1.319	791	402	22.616
Lucro Líquido	2011	6.795	177	21	19	2.616
	2010	6.092	171	26	17	2.442
Patrimônio Líquido	2011	69.599	3.562	529	479	30.663
	2010	62.062	3.310	522	444	27.566
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2011	20,0%	10,1%	8,1%	7,9%	17,6%
	2010	20,3%	10,6%	10,2%	7,8%	18,4%
Geração Interna de Recursos (4)	2011	14.951	416	34	33	8.947
	2010	11.525	379	57	40	6.349

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun)/3)

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

Abaixo segue informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 30/06/2011			01/01 a 30/06/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (1)	16.601	940	17.541	12.608	1.317	13.926
Ativos não Correntes	2.723	201	2.924	2.733	216	2.949

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2011 e em 2010.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas

a) Partes Relacionadas

	Controladora						Consolidado					
	Valor da transação			Saldo em Aberto			Valor da transação			Saldo em Aberto		
	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2010	30/06/2011	31/12/2010	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2010	30/06/2011	31/12/2010
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	-	(13)	(63)	(66)	-	-	-	-	(112)	(108)	
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(13)	(63)	(13)	-	-	-	-	-	-	
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(13)	
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)	(17)	
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)	(79)	
Caixa de Prev. Dos Func. Do Banco BEG - PREBEG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	
Itaú Seguros	-	-	-	-	(53)	-	-	-	-	-	-	
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Depósitos à Vista	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	-	9	15	7	10	-	
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	5	10	4	6	-	
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	-	
Outras	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3	-	
Receita (Despesas) com Aluguéis	1	1	-	-	-	-	(9)	(17)	(7)	(15)	-	
Itaú Unibanco S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	(7)	(13)	(6)	(12)	-	
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	(2)	(4)	(1)	(3)	-	
Despesas com Doações	-	-	-	-	-	-	(13)	(27)	(11)	(21)	-	
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	-	-	(13)	(27)	(11)	(21)	-	

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Outras Despesas Administrativas R\$ 6 (R\$ 5 de 01/01 a 30/06/2010) em função da utilização da estrutura comum.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2011	31/12/2010
Duratex S.A.	401	362
Elekeiroz S.A.	24	15
Itautec S.A.	182	167
Total	607	544

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	30/06/2011	30/06/2010
Remuneração	2	4
Participações no Lucro	2	4
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	-	1
Total	4	9

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha fundos de curto prazo de R\$ 357 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Notas Explicativas

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

Notas Explicativas

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Menor que 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basiléia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco controla a exposição e a concentração de risco de crédito por setor de atividade econômica, região geográfica, tipo de produtos e outras variáveis que considera relevantes, através do estabelecimento de limites máximos de exposição considerados aceitáveis, e do monitoramento de indicadores de alerta, tais como indicadores de atraso e de consumo de limite. Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

Além disso, o grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando de forma ativa para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

Notas Explicativas

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo-se em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com reclassificação interna maior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	30/06/2011			31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.931	10.349	15.281	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	94.586	1.540	96.126	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	110.100	5.757	115.857	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1	204	204	-	306	306
Derivativos	6.524	3.092	9.616	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.684	31.412	40.096	19.602	24.937	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.526	616	3.141	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	272.300	45.197	317.497	241.479	54.008	295.487
Off Balance	235.229	9.587	244.816	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	41.281	1.863	43.144	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	6.798	-	6.798	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	187.150	7.724	194.874	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	9.862	-	9.862	9.064	-	9.064
Cheque Especial	86.915	-	86.915	82.299	-	82.299
Cartão de Crédito	83.906	562	84.468	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré Aprovados	6.467	7.162	13.629	6.427	4.688	11.115
Total	734.881	107.753	842.634	677.987	114.342	792.329

A tabela apresenta a exposição máxima em 30 de junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

Notas Explicativas

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das operações de crédito e demais ativos financeiros sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 4,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2011				31/12/2010			
	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	207.466	3.983	-	211.449	196.638	4.346	-	200.984
Médio	56.468	10.378	-	66.846	52.561	8.053	-	60.614
Alto	15.394	8.254	-	23.638	13.663	6.348	-	20.011
Impairment	333	-	15.231	15.564	749	-	13.129	13.878
Total	279.651	22.615	15.231	317.497	263.611	18.747	13.129	295.487
%	88,1%	7,1%	4,8%	100,0%	89,2%	6,3%	4,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseado nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2011					31/12/2010				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	67.872	47.169	12.430	8.790	136.261	66.192	41.080	10.057	8.086	125.415
Cartão de Crédito	16.824	12.005	3.051	2.675	34.555	15.538	12.142	2.950	2.411	33.041
Crédito Pessoal	6.303	15.164	6.165	2.488	30.120	10.282	7.001	4.203	2.195	23.681
Veículos	34.777	19.233	3.106	3.486	60.602	32.797	21.666	2.849	3.315	60.627
Crédito Imobiliário	9.968	767	108	141	10.984	7.575	271	55	165	8.066
Grandes Empresas	77.330	2.073	264	847	80.514	73.051	2.505	143	884	76.583
Micros/Pequenas e Médias Empresas	51.828	17.605	10.944	5.842	86.019	48.254	17.029	9.811	4.856	79.950
Unidades Externas América Latina	14.618	-	-	85	14.703	13.487	-	-	52	13.539
Total	211.448	66.847	23.638	15.564	317.497	200.984	60.614	20.011	13.878	295.487
%	66,6%	21,1%	7,4%	4,9%	100,0%	68,0%	20,5%	6,8%	4,7%	100,0%

6.1.1 As operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	30/06/2011				31/12/2010			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	11.142	3.900	1.894	16.936	9.235	3.280	1.571	14.086
Cartão de Crédito	1.142	414	406	1.962	872	352	325	1.549
Crédito Pessoal	1.560	691	470	2.721	1.227	507	330	2.064
Veículos	8.148	2.683	957	11.788	6.851	2.331	872	10.054
Crédito Imobiliário	292	112	61	465	285	90	44	419
Grandes Empresas	445	202	122	769	377	55	44	476
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.134	1.321	979	5.434	2.275	1.114	710	4.099
Unidades Externas América Latina	308	38	18	364	770	31	15	816
Total	15.029	5.461	3.013	23.503	12.657	4.480	2.340	19.477

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2011						
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	111.407	112.830	204	6.247	20.734	3.134	254.556
Médio	-	2.935	-	3.301	19.362	7	25.605
Alto	-	92	-	68	-	-	160
Total	111.407	115.857	204	9.616	40.096	3.141	280.321
%	39,7%	41,3%	0,1%	3,4%	14,3%	1,1%	100,0%

Classificação Interna	31/12/2010						
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	103.517	107.798	-	5.140	22.055	3.163	241.673
Médio	-	7.564	-	2.577	22.428	7	32.576
Alto	-	135	-	60	56	-	251
Total	103.517	115.497	-	7.777	44.539	3.170	274.500
%	37,7%	42,1%	0,0%	2,8%	16,2%	1,2%	100,0%

Notas Explicativas

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/06/2011	%	31/12/2010	%
Setor Público	1.570	0,49%	1.138	0,39%
Indústria e Comércio	92.303	29,06%	84.997	28,77%
Serviços	63.302	19,94%	60.295	20,41%
Setor Primário	13.946	4,39%	13.933	4,72%
Pessoa Física	143.478	45,19%	132.939	44,99%
Outros Setores	2.898	0,91%	2.185	0,74%
Total	317.497	100,00%	295.487	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2011	%	31/12/2010	%
Setor Primário	1.102	0,39%	581	0,21%
Setor Público	115.299	41,16%	85.058	30,99%
Indústria e Comércio	16.602	5,93%	5.614	2,05%
Serviços	33.693	12,03%	72.491	26,41%
Outros Setores	1.972	0,70%	7.218	2,63%
Pessoa Física	43	0,02%	21	0,01%
Financeiras	111.407	39,77%	103.517	37,71%
Total	280.118	100,00%	274.500	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Os ativos financeiros que estão vencidos sem redução no valor recuperável ou individualmente vencidos com redução no valor recuperável estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Em relação a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, dentre os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 11.997 (R\$ 9.032 em 31/12/2010).

Notas Explicativas

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30 de junho de 2011 e 2010:

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Imóveis Não de Uso	2	1	3	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	8	4	17	4
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	28	3	61
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	1	-	-	-
Total	12	33	23	66

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite de risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

Notas Explicativas

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (trading) e carteira de não-negociação (banking). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta segregação.

A carteira trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira banking é formada pelas operações não classificadas na carteira trading. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

A instituição realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de mercado relevantes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destes hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge e das demais alterações no processo contábil.

As exposições a risco de mercado dos produtos, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de índices de preços;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Taxas de Câmbio: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial e taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Mercadorias (Commodities): risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.
-

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pelo Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Os limites de risco são divididos em superiores e internos, sendo os primeiros monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores, e os segundos definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados nestas, respeitando os limites superiores previamente estabelecidos. Ambos os limites são controlados diariamente.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

Notas Explicativas

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (banking).

Adicionalmente às medidas de risco, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Gaps: exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (Stop Loss): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação (trading) pode atingir.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela a seguir demonstra o VaR Global Consolidado, abrangendo as carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, Banco Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai e Banco Itaú Paraguai. As carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são segregadas por fator de risco.

O consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação do portfólio, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital e, neste trimestre, protegeu ainda mais sua exposição pré-fixada, reduzindo seu VaR Global Total quando comparado com o final de 2010.

Podemos observar que a diversificação dos riscos das unidades de negócios é significativa, permitindo ao conglomerado manter uma exposição total ao risco de mercado reduzida quando comparada a seu capital. Neste período, o VaR Global médio foi de R\$ 123,0 milhões ou 0,19% do patrimônio total (em todo o ano de 2010 foi de R\$ 109,4 milhões ou 0,16%).

Notas Explicativas

Fator de Risco	VaR Global (*)				
	Média	Mínimo(**)	Máximo(**)	30/06/2011	31/12/2010
	(em milhões de R\$)				
Taxa de Juros					
Pré-fixado	53,1	5,3	76,0	6,1	77,8
TR	29,9	17,1	54,8	20,3	28,4
Cupom Cambial	20,3	8,6	53,1	24,0	13,0
Índices de Inflação	13,9	2,5	24,5	9,8	18,6
Títulos Privados e Soberanos no Exterior	4,7	2,1	12,4	12,3	4,3
Juros Externos	5,7	1,0	28,3	1,8	15,1
Commodities					
Commodities	19,0	4,4	42,2	16,2	18,5
Taxa de Câmbio					
Variação Cambial - Outras Moedas	7,6	2,2	16,6	4,7	5,7
Variação Cambial - Dólar	9,6	0,0	23,7	9,2	9,7
Ações					
Renda Variável	16,5	5,8	26,1	6,9	14,4
Outros					
Outros	4,1	1,8	8,4	4,0	2,4
Unidades Externas					
Itaú BBA <i>International</i>	2,5	0,6	5,4	0,7	0,6
Itaú Argentina	2,3	1,3	3,7	2,6	1,6
Itaú Chile	4,2	1,9	7,5	1,9	3,3
Itaú Uruguai	0,3	0,1	0,7	0,2	0,2
Itaú Paraguai	0,5	0,1	1,3	1,1	0,9
Efeito de diversificação				(42,7)	(82,8)
Total	123,0	71,9	161,0	78,9	131,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base

Notas Explicativas

c) Análise de Sensibilidade (CARTEIRAS TRADING E BANKING)

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (trading) e carteira de não-negociação (banking). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta segregação.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria pois, uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação de exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas a obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

Valores em BRL mil

Carteira Trading	Exposições	30/06/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(553)	(13.747)	(27.335)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	227	(5.632)	(11.162)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(8.203)	(205.074)	(410.148)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(538)	(13.293)	(26.302)
TR	Taxa do cupom de TR	365	(9.206)	(18.588)
Ações	Preço de ações	1.244	(31.090)	(62.180)
	Total sem correlação	(7.458)	(278.042)	(555.715)
	Total com correlação	(5.237)	(195.255)	(390.251)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira banking é formada pelas operações não classificadas na carteira trading. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos. Portanto, os derivativos desta carteira não são utilizados para fins especulativos, não gerando riscos econômicos relevantes para a instituição.

Valores em BRL mil

Carteira Trading e Banking	Exposições	30/06/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4.727)	(117.800)	(234.845)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(859)	(21.204)	(41.862)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(2.224)	(55.596)	(111.192)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(542)	(13.536)	(27.055)
TR	Taxa do cupom de TR	(2.304)	(56.117)	(109.216)
Ações	Preço de ações	2.102	(52.555)	(105.110)
	Total sem correlação	(8.553)	(316.808)	(629.280)
	Total com correlação	(6.007)	(222.478)	(441.912)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc);

Cenário II: Aplicação de choques de 25%, tanto de crescimento quanto de queda, sobre o cenário de mercado de fechamento, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50%, tanto de crescimento quanto de queda, sobre o cenário de mercado de fechamento, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a posição dos nossos ativos que rendem juros e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados devido a diferentes datas de reprecificação durante o período.

Risco de taxa de juros (*)

	30/06/2011					31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Ativos Remunerados	211.254	151.210	64.474	182.616	80.103	689.657	656.069
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.627	3.598	1.667	350	39	15.281	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	37.382	46.920	1.051	6.482	4.291	96.126	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	91.839	-	-	-	-	91.839	85.776
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	16.325	4.607	8.689	49.970	36.266	115.857	115.497
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	-	-	204	204	306
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.692	4.810	3.743	8.227	16.624	40.096	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	82	48	72	202	2.737	3.141	3.170
Derivativos	1.372	4.237	1.029	1.508	1.470	9.616	7.777
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	47.935	86.990	48.223	115.877	18.472	317.497	295.487
Passivos Remunerados	177.911	62.460	49.034	145.190	78.432	513.027	490.926
Depósitos de Poupança	60.009	-	-	-	-	60.009	57.900
Depósitos a Prazo	22.656	24.979	12.300	32.891	28.814	121.640	116.416
Depósitos Interfinanceiros	906	1.344	228	296	28	2.802	1.929
Depósitos para Investimentos	-	-	-	-	-	-	906
Mercado Aberto	86.820	9.859	12.373	73.063	15.749	197.864	199.657
Mercado Interbancário	4.291	20.525	13.072	25.519	9.921	73.328	62.599
Mercado Institucional	1.844	2.980	10.203	11.904	22.921	49.852	44.513
Derivativos	658	2.773	858	1.517	999	6.805	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	727	-	-	-	-	727	1.335
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	-	-	-	-
Diferença ativo/passivo	33.343	88.750	15.440	37.426	1.671	176.630	165.143
Diferença Acumulada	33.343	88.750	15.440	37.426	1.671	176.630	165.143
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	4,8%	12,9%	2,2%	5,4%	0,2%	25,6%	25,2%

(*) Prazos contratuais remanescentes

Notas Explicativas**RISCO DE MOEDA**

30/06/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	3.655	150	53	1.564	5.422
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	48	-	1.180	1.228
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.264	487	1	596	10.348
Aplicações em Mercado Aberto	1.329	-	-	211	1.540
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.959	689	-	109	5.757
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	204	-	-	204
Derivativos	2.692	304	-	96	3.092
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	28.887	507	-	2.018	31.412
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	616	-	-	-	616
Operações de Crédito, líquida	29.222	4.277	2.350	9.348	45.197
TOTAL DO ATIVO	80.624	6.666	2.404	15.122	104.816

30/06/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	26.999	1.573	282	14.130	42.984
Captações no Mercado Aberto	6.543	-	-	323	6.866
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	-	753	753
Derivativos	2.300	319	-	94	2.713
Recursos de Mercados Interbancários	25.290	715	2	1.511	27.518
Recursos de Mercados Institucionais	36.610	3.130	-	138	39.878
TOTAL DO PASSIVO	97.742	5.737	284	16.949	120.712

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.118)	929	2.120	(1.827)	(15.896)
------------------------	-----------------	------------	--------------	----------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 9 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2010					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.781	54.008
TOTAL DO ATIVO	79.327	8.172	2.641	22.875	113.015

31/12/2010					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
Provisões Técnicas de Seg, Prev. Privada e Capitalização					
Provisões					
Obrigações Fiscais Diferidas					
Outros Passivos Financeiros					
TOTAL DO PASSIVO	90.982	4.934	275	16.503	112.694

POSIÇÃO LIQUÍDA	(11.655)	3.238	2.366	5.615	(436)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao aperfeiçoamento da monitoração e análise, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 381,2 bilhões de reais no segundo trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 30,6% do total, ou R\$ 116,6 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2011			31/12/2010	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	108.033	208.914	54,7	202.688	55,9
Recursos à Vista	24.463	24.463	6,4	25.349	7,0
Recursos de Poupança	60.008	60.008	15,7	57.900	16,0
Recursos a Prazo	22.656	121.641	31,9	116.416	32,1
Outros Recursos	906	2.802	0,7	3.023	0,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.515	32.297	8,5	24.304	6,7
Recursos de Emissão Própria (2)	4.994	102.180	26,8	101.278	27,9
Dívida Subordinada	61	37.827	9,9	34.487	9,5
Total	116.603	381.218		362.757	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Notas Explicativas

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 63,6 bilhões e representavam 54,6% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 16,7% do total de recursos e 13,2% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	54,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	16,7
Ativos Líquidos / Ativos Totais	13,2

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados, exceto pelos derivativos que são apresentados pelos valores descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para Derivativos	<i>R\$ Milhões</i>				
	30/06/2011			31/12/2010	
PASSIVO	0 - 30	31 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	105.044	45.573	73.183	223.800	225.333
Depósito a Vista	24.463	-	-	24.463	25.532
Depósito Poupança	60.008	-	-	60.008	57.900
Depósito a Prazo	19.657	43.939	72.856	136.452	138.911
Depósito Interfinanceiros	916	1.634	327	2.877	2.084
Outros Depósitos	-	-	-	-	906
Captações no Mercado Aberto (1)	86.719	23.562	123.742	234.023	214.503
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.527	15.079	17.419	36.025	27.358
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.031	24.936	33.014	60.981	56.392
Dívidas Subordinadas (4)	846	10.148	42.705	53.699	46.262
Instrumentos Financeiros Derivativos (5)	661	3.632	2.594	6.887	5.671
	199.828	122.930	292.657	615.415	575.519

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Notas Explicativas

NOTA 35 – Operação com o Carrefour

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Itáusa – Investimentos Itáu S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itáusa – Investimentos Itáu S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não aplicável.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não aplicável.